



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 11|novembro 2012



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia e do Emprego

GPEAR I
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais
Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: novembro de 2012

Elaborado com informação disponível até ao dia 26 de novembro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79, 1.º

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
<hr/>	
Destaques	33
Previsões Macroeconómicas da CE, FMI e OCDE - Outono de 2012	35
<hr/>	
Artigos	41
Em Análise	43
O Emprego no Sector Transaccionável	43
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	47
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	55

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No 3.º trimestre de 2012, a produção industrial mundial abrandou para 2,6% em termos homólogos (4,0% no 2.º trimestre) devido sobretudo à desaceleração da produção das economias avançadas (especialmente do Japão e da União Europeia), a qual registou uma variação negativa, facto que não ocorria desde o 4.º trimestre de 2009. Igualmente, o comércio mundial de mercadorias também desacelerou tanto nas economias avançadas como nos países emergentes, tendo a tendência de abrandamento sido mais expressiva ao nível das exportações.
- * Apesar da persistência da incerteza acerca das perspetivas económicas mundiais e do prosseguimento da crise da dívida soberana na área do euro, assistiu-se, em outubro, a uma diminuição do diferencial de rendibilidade das taxas de juro de longo prazo dos três países sujeitos a um Programa de Ajustamento face à Alemanha. Em novembro e, até à 3.ª semana, os índices bolsistas da área do euro continuaram a evoluir favoravelmente e a taxa de câmbio do euro face ao dólar teve uma ligeira depreciação, tendo no dia 23 sido de 1,29 (1,30 no final de outubro).
- * No 3.º trimestre de 2012, assistiu-se a um abrandamento da economia mundial, tendo atingido, especialmente, as economias avançadas, com destaque para o Japão e um grande número de países da União Europeia. Pelo contrário, tanto os EUA como o Reino Unido registaram uma aceleração neste período, este último devido à ocorrência dos jogos olímpicos.
- * Nos EUA, o PIB registou um crescimento de 2,3% em termos homólogos reais no 3.º trimestre de 2012 (2,1% no 2.º trimestre) em resultado da melhoria do consumo privado e do fortalecimento do investimento residencial. Os indicadores disponíveis para o mês de outubro indicam a continuação de uma expansão económica, embora mais moderada, salientando o abrandamento registado na produção industrial e nas vendas a retalho. Nesse mês, a taxa de desemprego subiu para 7,9% e a taxa de inflação homóloga aumentou para 2,2% (2% em setembro).
- * No 3.º trimestre de 2012, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) diminuíram 0,4% e 0,6% em termos homólogos reais (-0,3% e -0,4%, respetivamente, no 2.º trimestre). Durante o 3.º trimestre, os indicadores quantitativos para a área do euro indicam uma deterioração da produção industrial e a manutenção de uma quebra das vendas a retalho; enquanto as exportações reforçaram o seu crescimento. Em outubro de 2012, o indicador de sentimento económico manteve-se na União Europeia e diminuiu na área do euro, este último em resultado da descida dos indicadores de confiança da indústria e da construção. Em setembro de 2012, a taxa de desemprego manteve-se em 10,6% na UE e subiu para 11,6% na AE. A taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 2,5% em outubro de 2012 (2,6%, nos dois meses precedentes).
- * Em novembro de 2012 e, até ao dia 23, as taxas de juro de curto prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, embora a descida tenha sido ligeiramente mais acentuada para o último caso. De facto, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,19% (0,21%, em outubro) e a dos EUA em 0,31% (0,33% em outubro).
- * O preço *spot* do petróleo *Brent* desceu ligeiramente em novembro, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 23, registado o valor de 109 USD/bbl (85€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * No 3.º trimestre de 2012, a estimativa rápida do INE aponta para uma contração real do PIB, em termos homólogos, de 3,4% e em cadeia o PIB caiu 0,8%.
- * De acordo com os dados do INE no 3.º trimestre a taxa de desemprego foi de 15,8%, 0,8 p.p. superior à do trimestre anterior.

- * O Índice de Preços do Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 2,1% em outubro de 2012 (-0,8 p.p. face ao verificado no mês de setembro).
- * Até outubro de 2012, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR) e considerando o universo comparável na Administração Local, foi de 6.119,6M€ Excluindo as EPR e a Administração Local, o défice foi de 6.105,3M€, reduzindo-se 323,9M€ face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu a redução do défice do Estado, em 1.481,7M€. Em contrapartida, a diminuição do excedente da Segurança Social e dos FSA, em 802,2M€ e 258,5M€, respetivamente, e o agravamento do saldo da Administração Regional, em 97,0M€, compensaram parcialmente a diminuição do défice do Estado. O défice das EPR foi de 658,3M€, mais 157,0M€ do que o registado até setembro de 2012.
- * Nos primeiros dez meses do ano, a execução financeira consolidada¹ provisória do SNS aponta para um excedente de 1.167,1M€, o que compara com um défice de 223,0M€ registado no período homólogo. Excluindo, em 2012, a transferência da verba contemplada no orçamento rectificativo destinada à regularização de dívidas de anos anteriores, o défice do SNS agrava-se em 109,9M€.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados² apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 7,7% nos primeiros nove meses de 2012. Neste mesmo período, as importações decresceram 5,1%, o que levou a uma recuperação do défice da balança comercial (fob-cif) de 37,5%, correspondendo a 4.656 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações atingiu os 81,3%, mais 9,6 p.p. que em igual período de 2011.
- * Nos primeiros nove meses de 2012, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (5,5%). As importações decresceram a uma taxa superior à registada pelas importações totais (-9,2%), o que levou a uma significativa melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial de 72,5%.
- * No *último ano a terminar em setembro de 2012*, as exportações de mercadorias cresceram 8,7% em termos homólogos, sendo de destacar o contributo positivo dos grupos de produtos relativos aos “Energéticos” (+2,9 p.p.), aos “Minérios e Metais” (+1,7 p.p.) e às “Máquinas” (+1,6 p.p.). Nos primeiros nove meses de 2012, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,6 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas” (+1,7 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (+1,6 p.p.).
- * De janeiro a setembro de 2012, as **exportações para o mercado comunitário** cresceram, em termos homólogos, 2,5% e contribuíram em 1,8 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma variação homóloga positiva de 2,0% e as exportações para os países do Alargamento 12,4 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 1,5 p.p. e 0,4 p.p.. Apesar da perda de importância relativa no total das exportações de mercadorias (de 25,2 % para 22,3 % no período de janeiro a setembro de 2011 e 2012, respetivamente) Espanha permanece o principal mercado de destino das exportações de mercadorias. As exportações para França (+0,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15, seguidas das exportações para o Reino Unido e os Países Baixos (ambos com +0,4 p.p.).

¹ Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

² Os dados recentemente divulgados referentes ao mês de setembro de 2012 correspondem a uma primeira versão preliminar. Os dados divulgados para o ano de 2011 e presentes nos quadros e análise da secção 3. Comércio Internacional correspondem a uma nova versão preliminar face aos dados previamente apresentados.

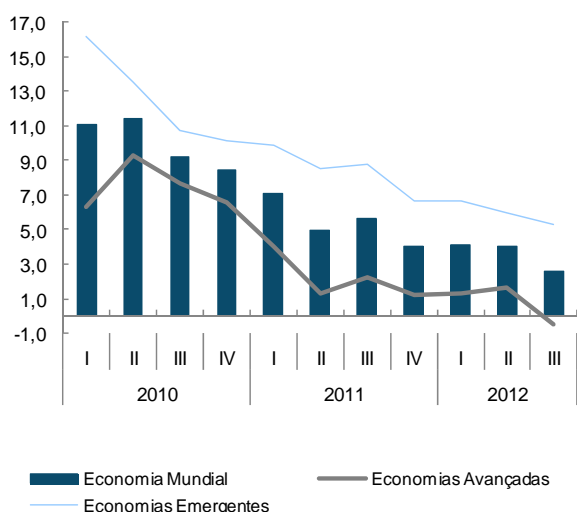
- * Nos primeiros nove meses de 2012, as **exportações para os Países Terceiros** registaram uma taxa de variação homóloga positiva superior à das exportações para a UE, atingindo os 23,3%, relativamente a igual período em 2011, passando a representar 28,8 % do total das exportações nacionais (+3,7 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+152,0%), os EUA (+35,0%) e Angola (+34,0%).
- * De janeiro a setembro de 2012, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 8,1% face a igual período de 2011. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuam a ser as que mais contribuem para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (+7,1 p.p.).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de agosto de 2012, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 6,7% nos primeiros oito meses de 2012. O crescimento da componente de Bens manteve uma taxa superior ao dos Serviços (9,2% e 1,5%, respetivamente). A componente de Bens foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das Exportações (+6,3 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No 3.º trimestre de 2012, a produção industrial mundial abrandou para 2,6% em termos homólogos (4% no 2.º trimestre) devido sobretudo à desaceleração das economias avançadas (especialmente do Japão e da União Europeia), a qual apresentou uma taxa de variação negativa, facto que não ocorria desde o 4.º trimestre de 2009.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



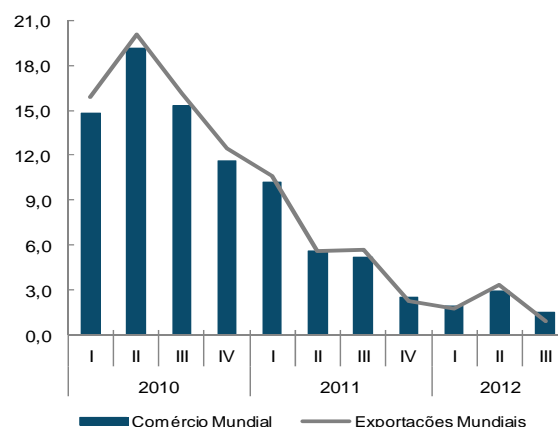
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias também desacelerou neste trimestre, abrangendo tanto as importações como as exportações mundiais, apesar do movimento descendente ter sido mais acentuado para o caso das exportações.

De facto, no 3.º trimestre de 2012 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial abrandou para 1,5% (2,9% no 2.º trimestre);
- as importações e as exportações mundiais desaceleraram para 2% e 1%, respetivamente (2,5% e 3,3%, no 2.º trimestre).

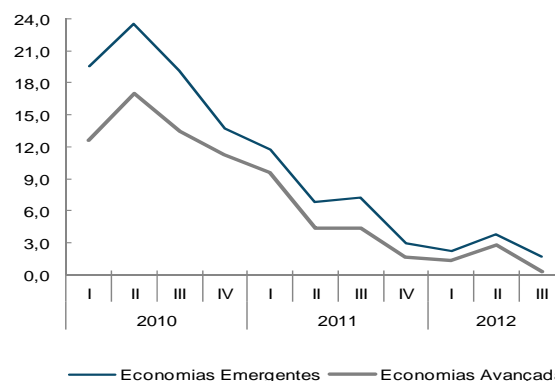
Figura 1.2. Comércio Mundial e Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A desaceleração registada nas trocas comerciais atingiu tanto as economias avançadas como os países emergentes, embora esta tendência tenha sido mais significativa para o primeiro caso. Com efeito, o comércio de mercadorias das economias avançadas apresentou um crescimento marginalmente positivo neste período influenciado, por um lado, pelo prosseguimento da quebra das importações da área do euro e, por outro, pela diminuição das exportações do Japão.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

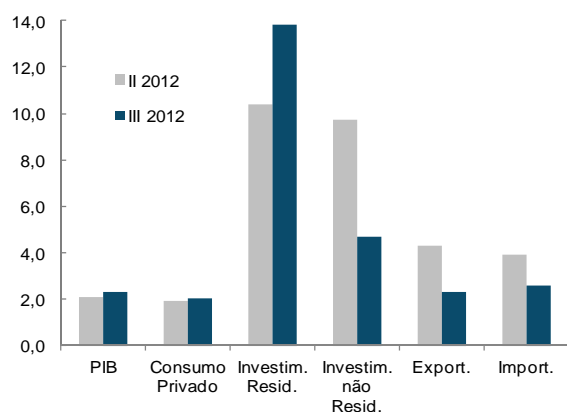
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012			2012			
				3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	5,4	5,6	4,0	4,1	4,0	2,6	3,3	3,1	2,6	2,0
Economias Avançadas	VH	CPB	2,2	2,2	1,2	1,3	1,7	-0,5	0,9	0,4	-0,4	-1,4
Economias Emergentes	VH	CPB	8,4	8,8	6,6	6,7	6,0	5,3	5,4	5,5	5,3	5,0
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	5,8	5,2	2,5	2,0	2,9	1,5	3,7	2,2	0,3	1,9
Importações Mundiais	VH	CPB	5,6	4,6	2,7	2,2	2,5	2,0	3,1	3,5	0,5	2,1
Economias Avançadas	VH	CPB	3,4	2,1	0,8	0,5	0,8	0,1	2,5	1,1	0,0	-0,8
Economias Emergentes	VH	CPB	8,1	7,5	5,0	4,0	4,4	4,2	3,8	6,2	1,1	5,4
Exportações Mundiais	VH	CPB	5,9	5,7	2,3	1,8	3,3	1,0	4,2	1,0	0,1	1,7
Economias Avançadas	VH	CPB	4,9	4,3	1,6	1,3	2,8	0,2	5,4	1,6	0,6	-1,5
Economias Emergentes	VH	CPB	7,0	7,2	2,9	2,2	3,8	1,7	3,0	0,5	-0,4	5,0

Atividade Económica Extra-UE

Nos **EUA**, o PIB acelerou para 2,3% em termos homólogos reais no 3.º trimestre de 2012, devido, sobretudo, à melhoria do consumo privado e ao fortalecimento do investimento residencial. Pelo contrário, as exportações abrandaram, resultando na manutenção de um valor negativo para o contributo das exportações líquidas para o PIB em 0,1 p.p..

Figura 1.4. PIB e Componentes da Despesa em Volume nos EUA (VH, em %)

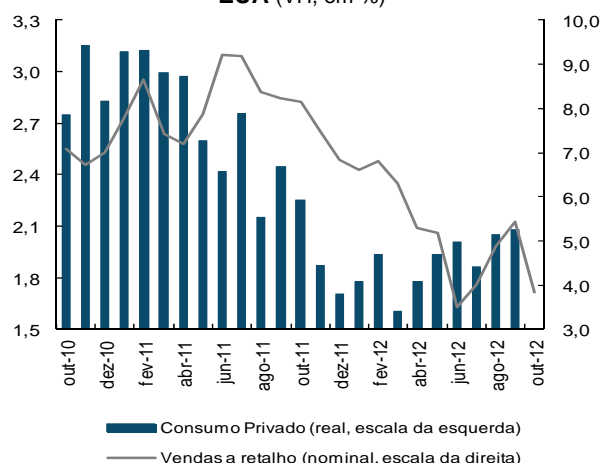


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Os indicadores disponíveis para o início do 4.º trimestre de 2012 indicam uma expansão económica mais moderada nos EUA. Assim, em outubro de 2012 e, em termos homólogos:

- a produção industrial desacelerou para 1,7% (2,8% em setembro) apesar do indicador de confiança dos empresários da indústria ter mantido uma evolução positiva;
- as vendas a retalho abrandaram para 3,8% em termos nominais (5,4% em setembro) causado, em parte, pelos efeitos do furacão Sandy;
- a taxa de desemprego subiu para 7,9% e a taxa de inflação aumentou para 2,2% (2% em setembro).

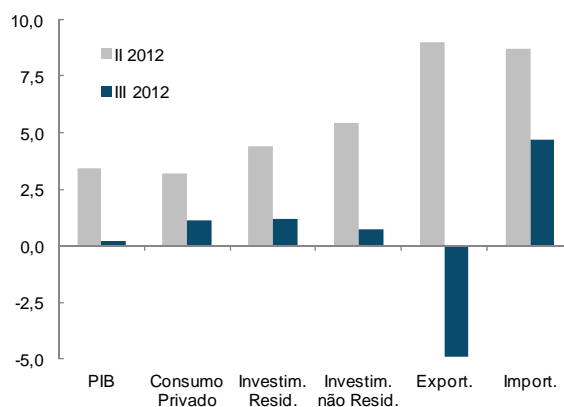
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No 3.º trimestre de 2012, a economia do **Japão** apresentou um forte abrandamento, tendo o PIB desacelerado para 0,2% em termos homólogos reais (3,4% no 2.º trimestre), tendência que abrangeu a generalidade dos indicadores, com exceção do investimento público. As exportações diminuíram 4,9% em termos homólogos (+9% no trimestre precedente), traduzindo o impacto do abrandamento da economia mundial e os efeitos negativos das tensões existentes entre o Japão e a China.

Figura 1.6. PIB e Componentes da Despesa em Volume no Japão (VH, em %)



Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

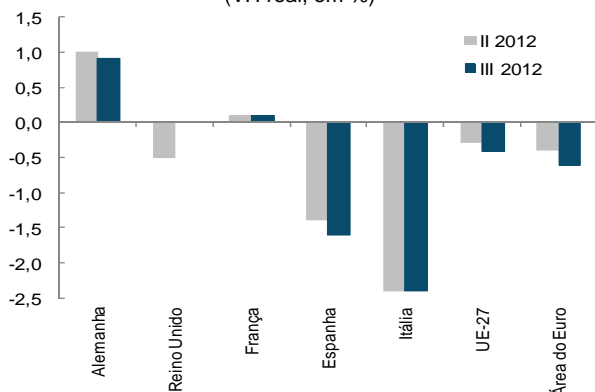
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012			2012			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
EUA – PIB real	VH	BEA	1,8	1,6	2,0	2,4	2,1	2,3	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	4,1	3,3	4,1	4,5	4,8	3,3	4,2	2,8	2,8	1,7
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	55,2	52,1	52,4	53,3	52,7	50,3	49,8	49,6	51,5	51,7
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,3	56,8	55,1	60,3	54,0	57,6	57,2	55,6	59,9	55,4
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	67,4	59,6	65,0	75,5	76,3	75,0	72,3	74,3	78,3	82,6
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,0	9,1	8,7	8,3	8,2	8,1	8,3	8,1	7,8	7,9
China – PIB real	VH	NBSC	9,3	9,1	8,9	8,1	7,6	7,4	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	20,3	20,7	14,4	8,9	10,5	4,5	1,0	2,7	9,9	:
Japão – PIB real	VH	COGJ	-0,7	-0,6	-0,6	2,7	3,4	0,2	-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 3.º trimestre de 2012, o PIB da União Europeia (UE) e o da área do euro (AE) diminuíram 0,4% e 0,6% em termos homólogos reais (-0,3% e -0,4%, respetivamente, no 2.º trimestre). De entre as principais economias, destaca-se o abrandamento registado na Alemanha, a estabilização em França e a manutenção de uma variação negativa em Itália e Espanha. Pelo contrário, a recuperação do PIB do Reino Unido, com um crescimento nulo, resultou do evento dos jogos olímpicos ocorridos nesse país.

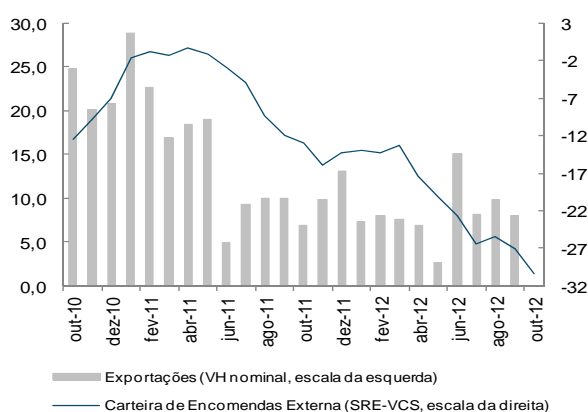
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro no decurso do 3.º trimestre de 2012 indicam uma deterioração da produção industrial e a manutenção de uma quebra das vendas a retalho; enquanto as exportações melhoraram, tendo aumentado 8,7% em termos homólogos nominais (8,2% no 2.º trimestre).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

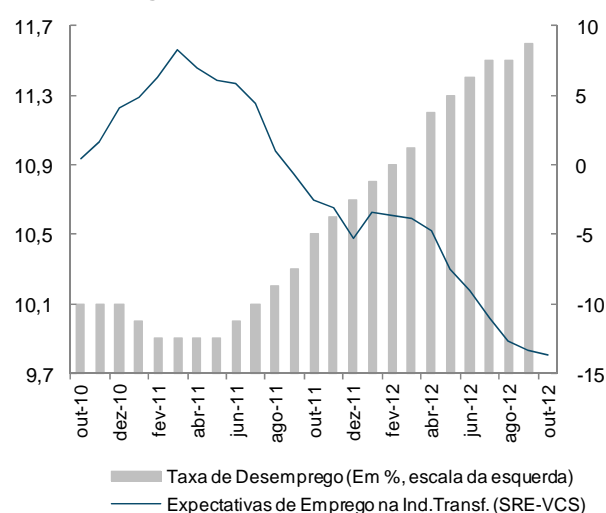
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012			2012			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	1,5	1,4	0,8	0,1	-0,3	-0,4	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,3	97,5	92,6	93,3	91,3	87,4	89,0	87,0	86,2	86,2
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	1,4	1,3	0,6	0,0	-0,4	-0,6	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,0	98,4	93,6	94,1	91,1	86,4	87,9	86,1	85,2	84,5
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,4	3,6	-0,2	-1,6	-2,3	-2,5	-2,5	-2,1	-2,9	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-0,6	-0,7	-1,5	-1,2	-1,4	-1,1	-1,4	-1,1	-1,0	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,2	10,2	10,6	10,9	11,3	11,5	11,5	11,5	11,6	:
IHPC	VH	"	2,7	2,7	2,9	2,7	2,5	2,5	2,4	2,6	2,6	2,5

Em outubro de 2012, o indicador de sentimento económico manteve-se ao mesmo nível do mesmo precedente na União Europeia (UE); enquanto continuou a diminuir na área do euro (AE), em resultado da descida dos indicadores de confiança da indústria e da construção.

No 3.º trimestre de 2012, a taxa de desemprego subiu tanto na UE como na AE em 10,6% e 11,5%, respetivamente.

Em outubro de 2012, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para todos os setores da atividade económica (indústria transformadora, serviços, comércio a retalho e construção).

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



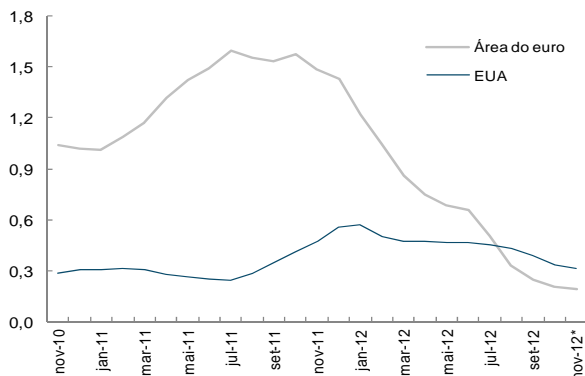
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em outubro de 2012, a taxa de inflação da área do euro diminuiu para 2,5% em termos homólogos (2,6% nos dois meses precedentes) e para 2,6% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,7% entre abril e setembro). Esta evolução resultou da desaceleração significativa dos preços de energia, os quais diminuíram para 8% em termos homólogos (9,1% em setembro).

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em novembro de 2012 e até ao dia 23, as taxas de juro de curto prazo diminuíram tanto na área do euro como nos EUA, embora a descida tenha sido ligeiramente mais acentuada para os EUA. Com efeito, a taxa Euribor a 3 meses situou-se em 0,19% (0,21%, em outubro) e a dos EUA em 0,31% (0,33% em outubro).

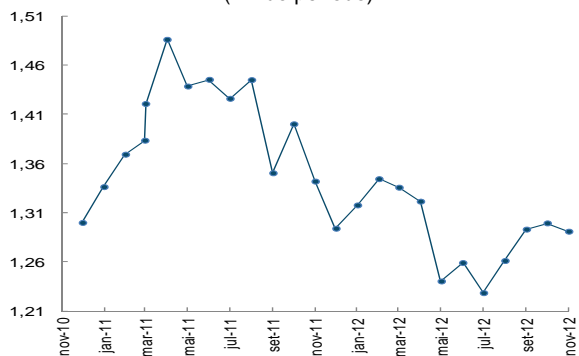
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 Meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 23.

Em outubro de 2012, as taxas de juro de longo prazo diminuíram na área do euro; enquanto aumentaram ligeiramente nos EUA. Apesar da persistência da incerteza acerca das perspetivas económicas mundiais, assistiu-se, neste mês, a uma diminuição das tensões financeiras dentro da área do euro, com destaque para uma redução do diferencial de rentabilidade das taxas de juro de longo prazo entre os 3 países sujeitos a Programas de Ajustamento e a Alemanha.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

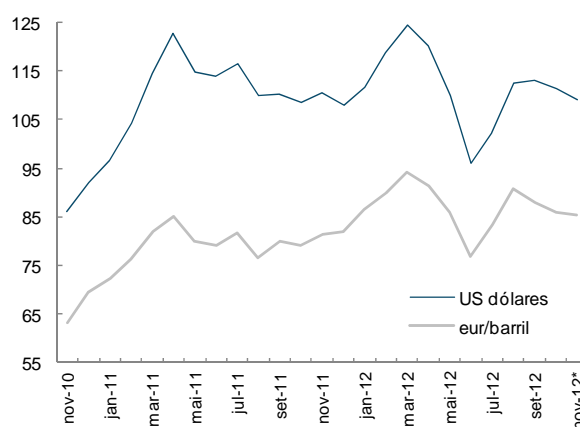


Fonte: Banco de Portugal. Para novembro, o valor é do dia 23.

Após três meses consecutivos de apreciação do euro face ao dólar, em novembro e, até dia 9, a taxa de câmbio do euro face ao dólar depreciou-se. Porém, a partir desse dia, o movimento de apreciação foi retomado, tendo atingido no dia 23 (1,29), pouco abaixo do final do mês de outubro, podendo estar associado ao desfecho positivo do caso da Grécia.

Em outubro de 2012, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado desceu para 85,6 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em novembro de 2012, e até dia 23, o preço do petróleo *Brent* desceu para se situar, em média, em 109 USD/bbl (85 €/bbl), refletindo, em parte, o aumento das preocupações em torno das perspetivas económicas mundiais.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 23.

Em outubro de 2012, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo diminuído 1% em termos homólogos (-8% em setembro). Para esta evolução contribuiu sobretudo a subida dos preços dos produtos alimentares, os quais aumentaram 8% em termos homólogos (4% em setembro) e a descida menos acentuada dos preços de bens industriais e dos metais.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012			2012			
				3T	4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,36	1,55	1,36	0,78	0,66	0,22	0,39	0,28	0,22	0,20	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	2,79	2,43	2,05	2,04	1,82	1,64	1,53	1,68	1,72	1,75	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,41	4,30	4,53	4,39	4,27	3,99	4,16	4,03	3,79	3,57	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,294	1,350	1,294	1,336	1,259	1,293	1,23	1,26	1,29	1,30	
Dow Jones*	VC	Yahoo	5,5	-12,1	12,0	8,1	-2,5	4,3	1,0	0,6	2,6	-2,5	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-17,1	-23,5	6,3	6,9	-8,6	8,4	2,7	4,9	0,6	2,0	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	110,82	112,18	108,94	118,21	108,78	109,31	102,33	112,42	113,16	111,44	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	38,2	45,9	24,9	12,4	-7,1	-2,6	-12,2	2,3	2,7	2,7	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	31,7	33,4	25,8	17,3	4,2	10,0	1,97	18,56	10,01	8,52	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	79,7	78,3	81,2	87,8	87,8	84,6	78,0	88,6	87,3	85,6	

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010, 2011 e 2012 corresponde à média diária do IGCP.

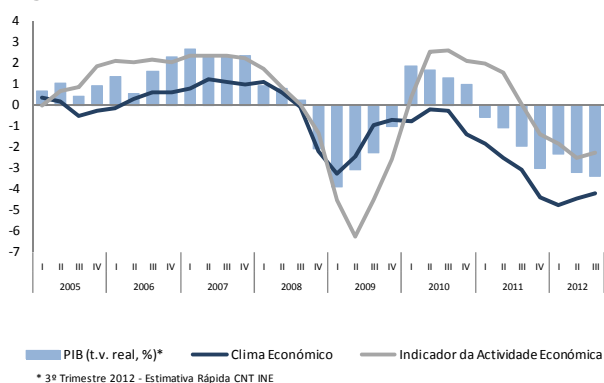
2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

No 3.º trimestre de 2012, a estimativa rápida do INE aponta para uma contração real do PIB de 3,4% em termos homólogos, o que representa uma quebra de 0,8% em cadeia. Para esta quebra concorreu o contributo menos positivo da procura externa líquida, não compensada pela recuperação do contributo da procura interna.

Os indicadores de atividade e clima económico apresentaram ligeiras melhorias no 3.º trimestre, face ao trimestre anterior.

Figura 2.1. PIB e Indicadores de Síntese Económica

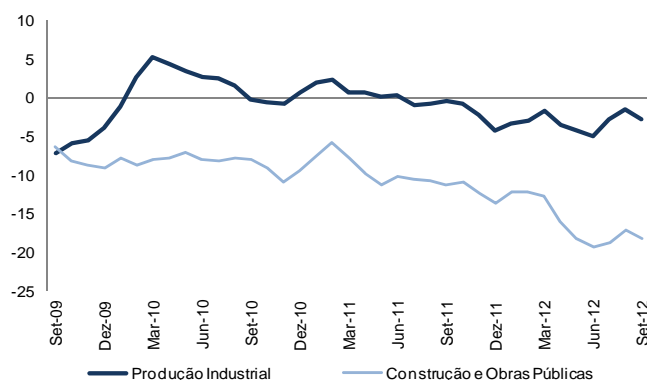


Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 3º trimestre mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção apresentou uma quebra de 2,8%, e o índice de volume de negócios desceu 5% (-4,9% e -43% respetivamente no 2.º trimestre);
- o Índice de Produção na Construção registou uma variação de -18,2%, +1,2 p.p. face ao valor observado no 2.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços registou uma variação -9,6%, +0,8 p.p. face ao valor observado no 2.º trimestre;
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou variação de -5,5%, +0,2 p.p. face ao valor observado no último trimestre.

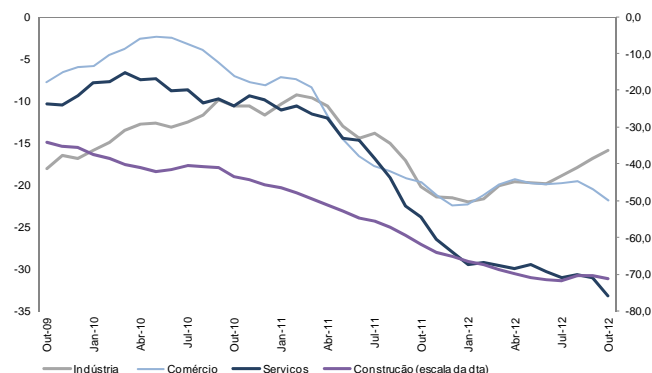
Figura 2.2. Índice de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em outubro, o indicador de confiança da indústria transformadora registou melhorias, enquanto se observou uma deterioração deste indicador na construção, nos serviços e no comércio, face aos valores observados no 3.º trimestre.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

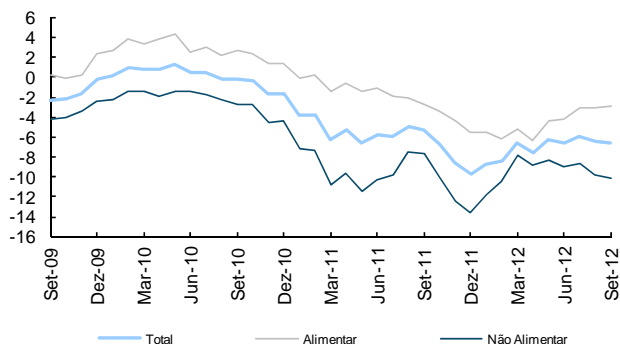
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011	2012			2012			
				4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-1,7	-3,0	-2,3	-3,2	:	:	:	:	
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-2,7	-4,4	-4,8	-4,4	-4,2	-4,4	-4,0	-4,2	-4,6
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-15,7	-21,6	-20,2	-19,9	-19,6	-20,0	-17,3	-21,6	-23,2
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-16,6	-22,4	-19,9	-19,9	-20,5	-18,9	-20,5	-22,2	-22,7
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-19,2	-28,1	-29,6	-30,3	-31,0	-32,0	-27,1	-33,9	-38,5
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-57,2	-65,3	-68,8	-71,5	-70,5	-71,6	-68,1	-71,8	-74,1
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-0,9	-4,2	-1,7	-4,9	-2,8	0,6	-1,0	-8,0	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	5,7	0,0	0,5	-4,3	-5,0	-4,2	-1,5	-8,8	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-7,2	-12,3	-9,2	-10,5	-9,6	-10,0	-9,3	-9,6	:

Consumo Privado

No 3.º trimestre, o índice do volume de negócios no comércio a retalho registou uma diminuição homóloga de 6,6%, mantendo assim o valor do trimestre anterior.

Esta evolução decorre de uma deterioração de 1,1 p.p. na categoria dos bens não alimentares, que se reduziu 10,1% em termos homólogos, enquanto nos bens alimentares se registou uma quebra de 3%, +1,3 p.p. face ao trimestre anterior.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

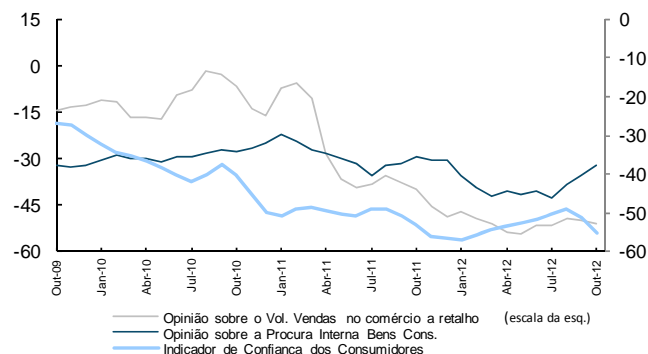


Fonte: INE.

No mês de outubro voltou a registar-se uma quebra na confiança dos empresários no comércio a retalho, acentuando assim a evolução negativa na média a 3 meses. Já no sentimento dos empresários relativos à procura interna dos bens de consumo produzidos pela indústria verificou-se uma melhoria em outubro, mantendo a tendência que se tem vindo a observar considerando a média móvel de 3 meses.

O indicador de confiança dos consumidores apresentou uma quebra acentuada.

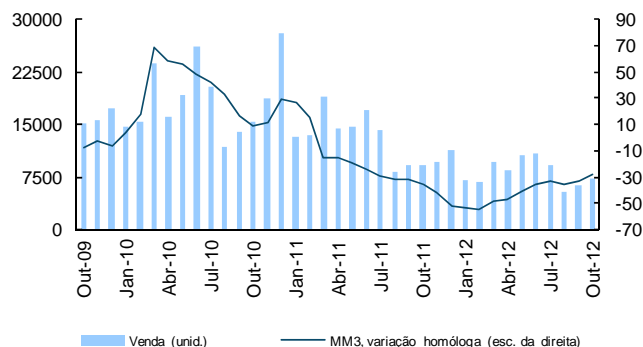
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em outubro de 2012 foram vendidos 6 357 veículos, o que representa uma quebra homóloga de 19,1% (+11,8 p.p. face ao verificado no mês de setembro). Em termos mensais verificou-se um crescimento de 16,2% nas vendas de automóveis ligeiros de passageiros.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

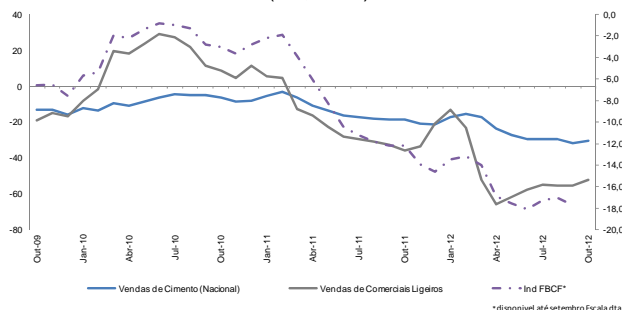
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011		2012			2012				
				T3	T4	T1	T2	T3	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-4,0	-3,5	-6,6	-5,6	-5,9	-	-	-	-	-	-
Indicador de confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-52	-51	-57	-54	-52	-51	-49	-50	-49	-56	-61
Volume de Vendas no Comércio a Retalho*	VH	"	-34	-38	-49	-51	-52	-50	-49	-51	-49	-49	-54
Índice de Vol. De negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-6,8	-5,3	-9,7	-6,5	-6,6	-6,6	-5,4	-7,8	-6,1	-5,7	-
Bens Alimentares	VH	"	-2,7	-2,8	-5,5	-5,2	-4,2	-3,0	-2,8	-4,8	-1,4	-2,6	-
Bens não alimentares	VH	"	-10,5	-7,6	-13,7	-7,9	-9,0	-10,1	-7,9	-10,8	-10,5	-8,8	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-31,3	-31,5	-51,7	-48,4	-35,5	-33,4	-37,0	-35,1	-33,0	-30,9	-19,1
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	-2,1	-0,8	-6,5	-5,1	-3,8	-7,2	-0,9	-3,8	-4,9	-12,5	-

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

O indicador de formação bruta de capital fixo (FBCF) do INE voltou a degradar-se no mês de setembro.

Figura 2.7. Indicadores de Investimento
(VH, MM3)

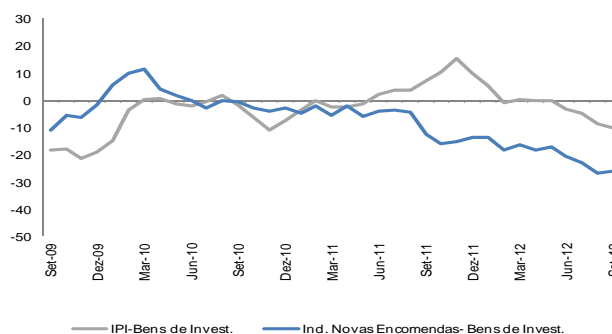


Fonte: INE.

No 3.º trimestre, e em termo homólogos, verificou-se que:

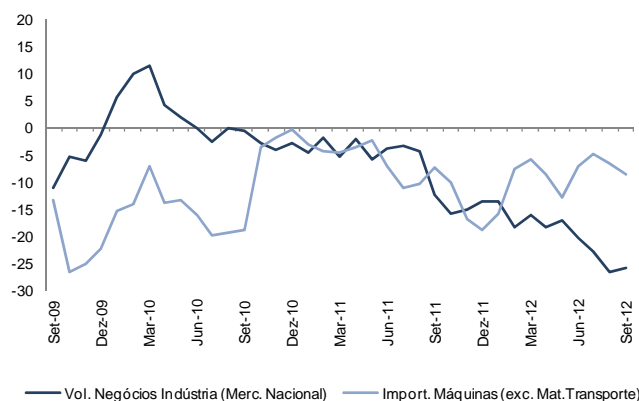
- as licenças de construção de fogos de habitação apresentaram uma quebra de 34,7%, 0,4 p.p. acima do valor do 2.º trimestre,
- as importações de bens de capital, exceto material de transporte, desceram 8,6%, -1,5 p.p. face ao 2.º trimestre;
- o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional diminuiu 40,1%, mais 5,2 p.p. que no trimestre anterior;
- o índice de produção industrial de bens de investimento no mercado nacional apresentou uma quebra de 10,2%, 7 p.p. inferior ao verificado no 2.º trimestre, enquanto o índice de novas encomendas de bens de investimento registou uma quebra de 25,8%, -5,4 p.p. face ao 2.º trimestre.

Figura 2.8. Produção de Bens de Investimento para o Mercado Nacional
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.9. Bens de Equipamento
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Em outubro as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram uma quebra homóloga de 45,2% (+9 p.p. comparando com o 3.º trimestre). As vendas de cimento diminuiram 24,7%, em termos homólogos, que representa uma recuperação de 11,7 p.p. comparando com os valores verificados no 3.º trimestre.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011				2012			
				4T	1T	2T	3T	jul	ago	set	out
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-13,9	-23,9	-12,8	-18,7	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-11,3	-15,7	-12,4	-16,4	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-9,0	-14,6	-14,0	-18,1	:	-17,3	-17,0	-17,7	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11,1	-21,1	-17,1	-29,7	-31,5	-28,1	-30,3	-36,4	-24,7
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-23,6	-20,9	-52,2	-57,4	-55,5	-54,9	-58,2	-54,2	-45,2
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-17,3	-48,4	-44,8	-50,2	-10,0	-10,9	-33,5	13,6	-6,4
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-42,0	-56,6	-47,2	-45,3	-40,1	-37,2	-39,0	-44,0	-44,9
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-31,1	-30,6	-31,1	-35,1	-34,7	-26,4	-25,8	-50,3	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-9,5	-18,9	-5,8	-7,1	-8,6	-9,4	-13,7	-2,7	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-7,0	-13,5	-16,2	-20,4	-25,8	-28,3	-30,2	-18,8	:

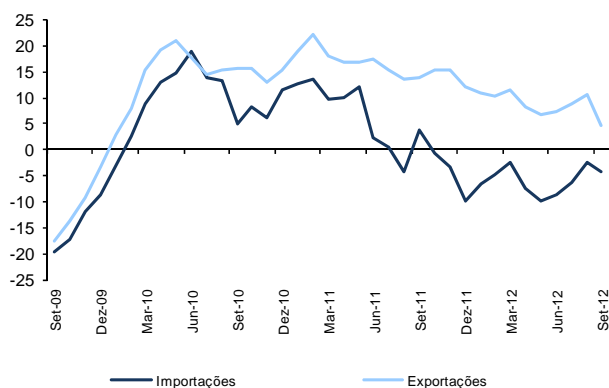
* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado nacional

Contas Externas

De acordo com os dados divulgados pelo INE, no 3.º trimestre, e em termos homólogos:

- as exportações de bens registaram um crescimento de 4,5%. A componente extracomunitária aumentou 19%, 0,5 p.p. abaixo dos valores registados no 2.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário desceram 3,8 p.p. face ao 2.º trimestre;
- as importações de bens registaram uma quebra de 4,2% (-8,6% no 2.º trimestre). A componente intracomunitária das importações desceu 6,8%, sendo que o mercado extracomunitário cresceu 2,1% (-6,8% e -10,3% no 2.º trimestre respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

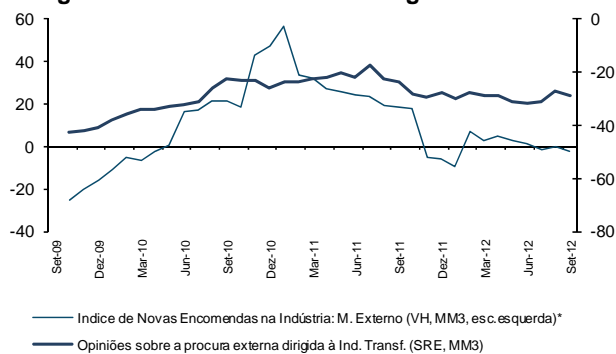


Fonte: INE.

As novas encomendas à indústria do mercado externo diminuíram 2,4%, em termos homólogos no 3.º trimestre (-3,9 p.p. face ao 2.º trimestre).

As opiniões dos empresários da indústria transformadora sobre a procura externa deterioraram-se no trimestre terminado em outubro, face ao 3.º trimestre.

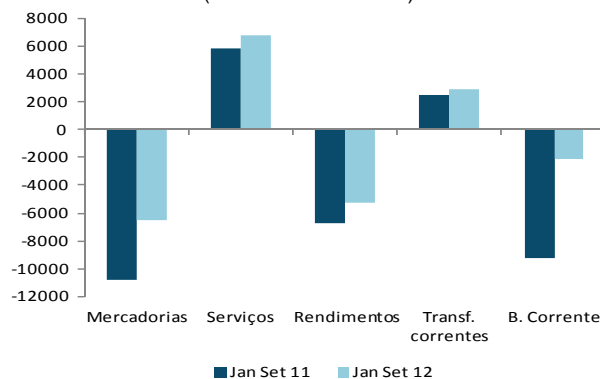
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até setembro de 2012, o défice acumulado da balança corrente foi de 2.068M€, o que representa uma redução de 7.159M€ em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos, com destaque para a diminuição de 4.370M€ no défice da balança de mercadorias, um aumento de 875M€ no excedente da balança de serviços, e ainda para uma melhoria no saldo da balança de rendimentos de 1.512M€

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: INE.

O saldo conjunto das balanças corrente e de capital foi de 883 milhões, o que se traduz numa diminuição das necessidades de financiamento externo da economia face a igual período do ano anterior.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011			2012			2012			
					3T	4T	1T	2T	3T	jun	jul	ago	set	
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8,8	7,5	6,7	6,3	7,9	4,3	:	:	:	:	:	
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,4	-5,3	-2,8	-12,8	-3,8	-8,1	:	:	:	:	:	
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	3,9	3,7	1,2	1,9	0,2	:	:	:	:	:	
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,3	-5,0	-5,3	0,4	-3,5	-0,2	:	:	:	:	:	
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,0	15,1	13,7	12,0	11,5	7,2	4,5	10,1	8,4	13,9	-6,5	
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11,0	12	3,9	-9,7	-2,4	-8,6	-4,2	-3,4	-5,9	2,9	-8,4	

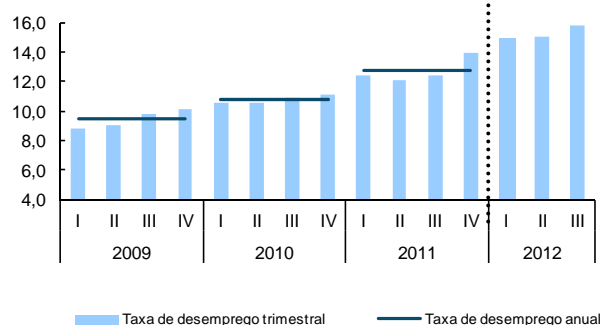
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011	2011		2012		Var. Acumulada
					Set	Jan Set 11	Set	Jan Set 12	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-15 284	-8 976	303	-8 115	1032	883	8 998
Saldo Balança de Bens	"	"	-18 195	-13 340	-1 185	-10 852	-990	-6 482	4 370
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 712	7 745	1210	5 885	1321	6 760	875
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 939	-8 496	-531	-6 726	-563	-5 213	1512
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 198	2 993	473	2 465	481	2 867	402

* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados recolhidos pelo INE no 3.º trimestre a taxa de desemprego foi de 15,8%, 0,8 p.p. superior à do trimestre anterior.

Figura 2.13. Desemprego (%)



Fonte: INE.

Em valores absolutos os desempregados registados ascenderam aos quase 684 mil, mais 37,6 mil que no 2.º trimestre.

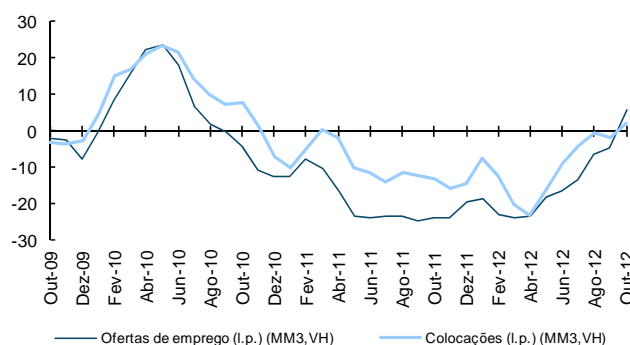
No 3.º trimestre o emprego total apresentou uma contração de 0,7% em cadeia, traduzindo-se em menos 31,9 mil empregados face ao 2.º trimestre.

De acordo com os dados do IEFP, no final de outubro de 2012, estavam registados 695 mil desempregados nos centros de emprego, o que representa um aumento de 1,7% face ao mês de setembro e de 22,5% face ao mesmo período do ano anterior.

Em termos absolutos, existem em outubro mais 11 443 desempregados do que em setembro e mais 127 750 desempregados do que em outubro do ano anterior.

O número de ofertas de emprego recebidas no decurso do mês de outubro registou uma variação homóloga de 25,1% (face aos -3,5% de setembro) que resulta essencialmente do baixo valor que se verificou em outubro de 2011. Em termos absolutos, o número de ofertas de emprego existentes no final de outubro foi de 9 234 (menos 2 ofertas que no mês de setembro).

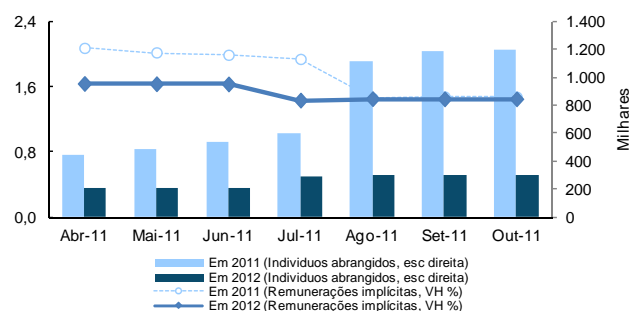
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)



Fonte: IEFP.

As colocações registadas ao longo de outubro atingiram cerca de 5 503, o que representa uma variação de 14,6% face ao mês homólogo de 2011.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MEE.

O número de trabalhadores abrangidos por IRCT em outubro ascendeu aos 303,3 mil trabalhadores (menos 894,8 mil trabalhadores do que em outubro de 2011). Ao comparar este valor com o mês anterior, isto significa aproximadamente mais 3,1 mil trabalhadores abrangidos. A variação média anual da remuneração implícita convencionalizada pelos instrumentos de regulamentação coletiva (IRCT) observada em outubro manteve-se nos 1,4% (à semelhança do que tinha acontecido no mês anterior).

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

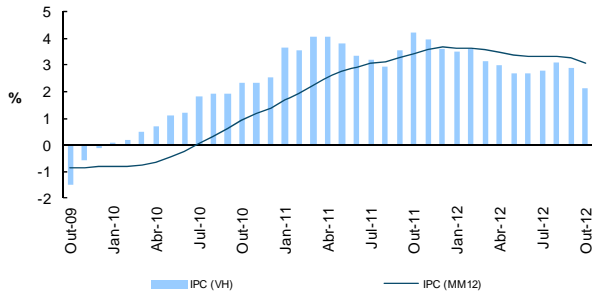
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2011			2012			2012				
				T2	T3	T4	T1	T2	T3	Jun	Jul	Ago	Set	Out
Taxa de desemprego	%	INE	12,7	12,1	12,4	14,0	14,9	15,0	15,8	-	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-2,0	-2,2	-4,3	-4,2	-4,2	-4,1	-	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	11,7	-6,0	-0,3	11,7	19,8	24,5	23,4	24,5	25,0	26,3	23,4	22,5
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	5,3	-2,2	10,7	25,3	19,8	14,7	4,3	16,4	13,0	12,4	-7,1	9,0
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-20,1	0,0	0,0	0,0	-23,6	-16,4	-4,8	-8,8	-10,2	-0,1	-3,5	25,1
Contratação Coletiva	VHA	MEE	1,5	2,0	1,5	1,5	1,6	1,6	1,4	1,6	1,4	1,4	1,4	1,4
Índice do Custo do Trabalho* - Portugal	VH	INE	-2,4	-2,7	-1,0	-4,0	-0,8	-4,0	1,1	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* - AE	VH	Eurostat	2,7	0,0	0,0	0,0	1,7	1,9	:	-	-	-	-	-

*Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

O Índice de Preços do Consumidor (IPC) registou uma variação homóloga de 2,1% em outubro de 2012 (-0,8 p.p. face ao verificado no mês de setembro). Em termos mensais, o IPC apresentou uma variação de 0,3%. Por seu lado, o IPC medido pela média móvel dos últimos 12 meses, registou uma variação de 3,1 (-0,2 p.p. face ao verificado no mês de setembro).

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

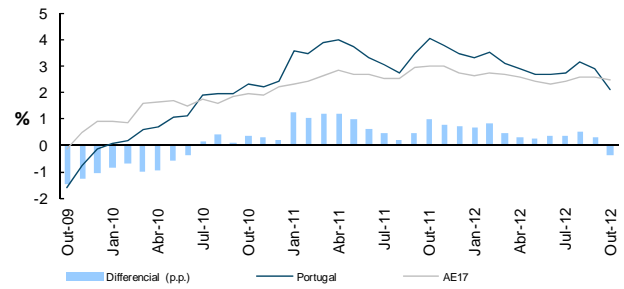
Entre as contribuições positivas para a taxa de variação homóloga do IPC de setembro, destaca-se a classe da habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis com uma contribuição de 0,59 p.p., bem como os transportes e os produtos alimentares e bebidas, ambos com uma contribuição de 0,57 p.p..

O preço dos bens e dos serviços apresentaram em outubro crescimentos homólogos de 1,6% e 3% respetivamente.

No que se refere à inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos), esta situou-se nos 1,1%, mantendo o valor do mês anterior. O diferencial entre o IPC total e o subjacente situou-se este mês nos 1,1 p.p..

No mês de outubro de 2012, a variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) em Portugal foi de 2,1%, -0,8 p.p. face ao mês anterior. Por seu lado, de acordo com o Eurostat a variação homóloga do IHPC da zona euro aumentou para os 2,5%. Assim, o diferencial do IHPC entre Portugal e a zona euro situou-se nos -0,3 p.p. (0,3 p.p. que no mês anterior).

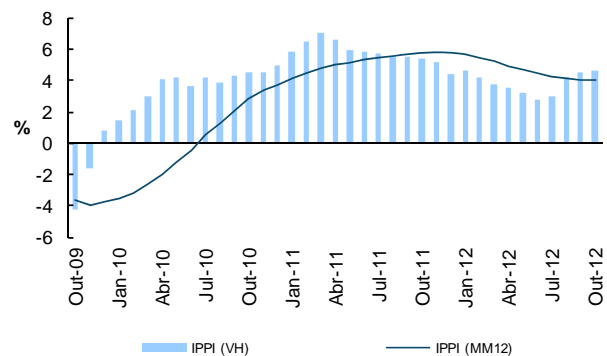
Figura 2.17. Taxa de Variação do IHPC
(VH, %)



Fontes: INE.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou em outubro uma variação homóloga de 4,6% (+0,1 p.p. que o mês anterior). A variação mensal situou-se em -0,2% (0,5% no mês anterior).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE

Para a evolução observada em outubro destacam-se fundamentalmente os contributos dos agrupamentos industriais das indústrias transformadoras e da energia, com crescimentos de 3,0% e 11,1% respetivamente. Analisando por secções, as maiores subidas verificaram-se na Captação, Tratamento e Distribuição de Água com 4,7%; e de 12,7% na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

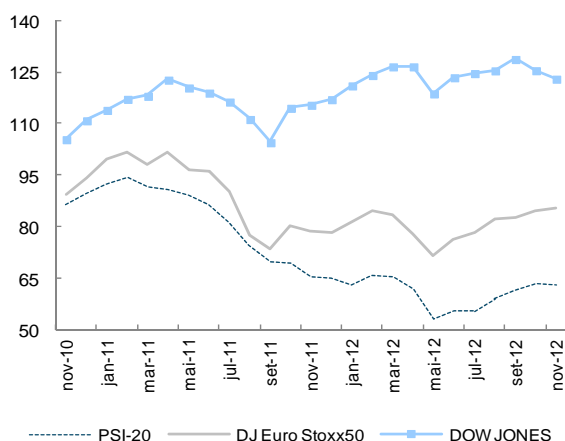
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012									
				Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,1	1,2	0,3	-0,4	-0,2	0,0	-0,1	0,6	0,3	
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	3,6	3,1	3,0	2,7	2,7	2,8	3,1	2,9	2,1	
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	3,7	3,7	3,6	3,5	3,4	3,3	3,3	3,3	3,3	3,1	
IPC - Bens	VH	"	4,3	3,7	3,2	3,0	2,4	2,4	2,5	3,0	2,6	1,6	
IPC - Serviços	"	"	2,5	3,4	3,1	3,1	3,2	3,2	3,2	3,2	3,4	3,0	
IPC Subjacente*	"	"	2,3	2,2	1,9	1,7	1,6	1,5	1,3	1,4	1,1	1,1	
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	5,8	4,2	3,7	3,6	3,2	2,7	3,0	4,2	4,5	4,6	
IHPC	"	"	3,5	3,6	3,1	2,9	2,7	2,7	2,8	3,2	2,9	2,1	
Diferencial IHPC vs. Área Euro (VH)	p.p.	Eurostat	0,7	0,8	0,5	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,3	-0,3	

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

No período mais recente, assistiu-se à continuação de uma evolução desfavorável do índice bolsista dos EUA; enquanto prosseguiu a tendência ascendente na área do euro; embora, para ambas as regiões, o resultado dos índices bolsistas dos setores financeiros foi mais positivo do que para os restantes setores. Assim, em novembro de 2012 e, no dia 22, face ao final do mês de outubro, o índice *Euro Stoxx50* subiu cerca de 1%; enquanto o *Dow Jones* diminuiu 2%.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(dezembro 2009=100, fim do período)

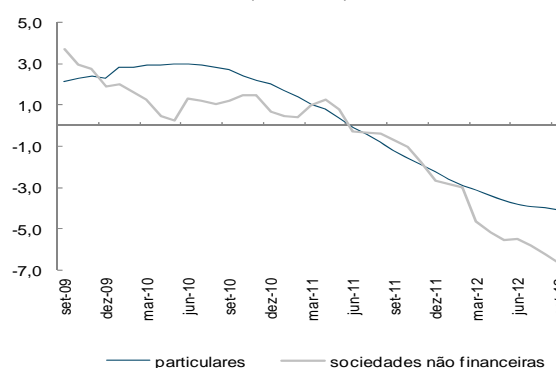


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para novembro o valor é do dia 22.

Ao inverso da tendência verificada na evolução do índice bolsista da área do euro, o PSI-20 apresentou uma ligeira diminuição. De facto, em novembro e, no dia 22, o índice PSI-20 desceu 0,7% face ao final do mês de outubro.

Em setembro de 2012, a taxa de variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -5,2% (-5% em agosto), abrangendo tanto o crédito atribuído às empresas não financeiras como às famílias, embora mais acentuada para o primeiro caso.

Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

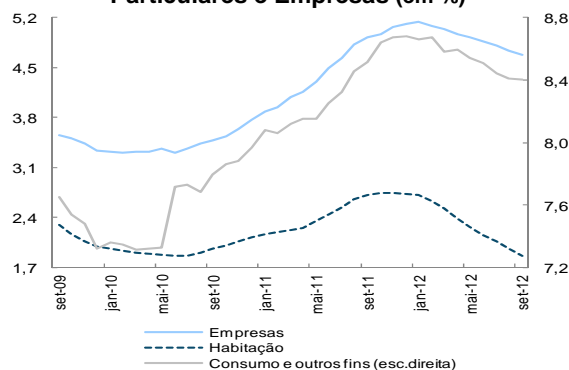


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, os empréstimos desaceleraram para todos os segmentos, com exceção do destinado para outros fins, o qual apresentou uma quebra menos pronunciada do que no mês precedente. O crédito ao consumo foi o que mais desacelerou, o qual apresentou uma variação negativa de 9,5% em setembro de 2012 (-4,2% em setembro de 2011).

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram tanto para as empresas como para os particulares, tendo a redução sido mais significativa para os empréstimos à habitação, cuja taxa de juro se situou, em 1,86% em setembro (-85 p.b. face a setembro de 2011).

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

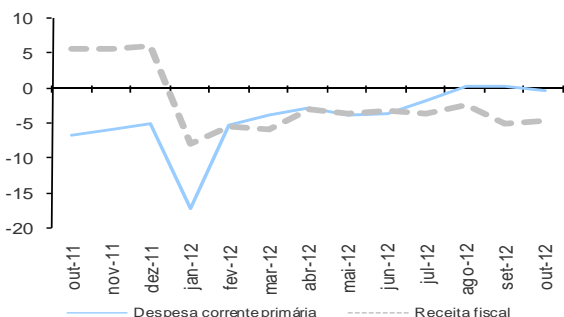
Indicador	Unidade	Fonte	2011	2012											
				fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out			
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	12,9	13,3	11,3	10,4	11,7	9,9	11,0	9,3	8,8	8,1			
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	“	1111	1154	955	874	1033	840	958	786	735	661			
PSI 20*	VC	CMVM	-27,6	4,8	-0,5	-5,7	-13,8	4,1	-0,2	6,6	4,1	2,9			
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-1,6	-2,2	-2,4	-2,7	-2,9	-3,0	-3,1	-3,2	-3,3	:			
- para consumo	va**	“	-5,8	-7,4	-7,4	-8,2	-8,6	-9,0	-9,1	-9,2	-9,5	:			
Empréstimos a empresas	va**	“	-2,7	-3,0	-4,6	-5,2	-5,5	-5,5	-5,8	-6,2	-6,7	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	“	2,73	2,63	2,53	2,39	2,27	2,16	2,06	1,97	1,86	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	“	5,12	5,08	5,04	4,97	4,92	4,86	4,81	4,73	4,67	:			

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até outubro, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 7.335,4M€, o que representa uma melhoria de 1.481,7M€ face ao período homólogo. O défice primário foi de 814,8M€, melhorando 2.250,4M€ face ao ano anterior.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



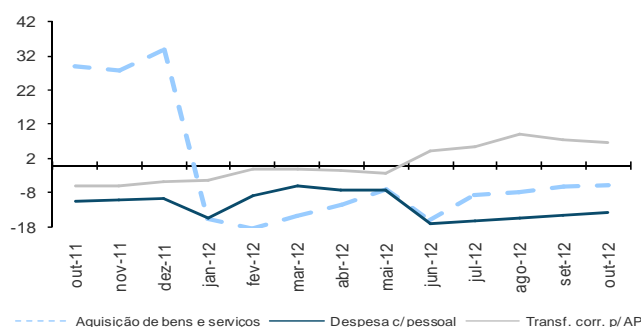
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita fiscal em 4,6%, em desaceleração face ao mês anterior, justificada, essencialmente, pelo decréscimo do IRC (-19,9%), do imposto sobre veículos (-43,6%), do IVA (-2,0%), do imposto sobre produtos petrolíferos (-8,2%), do imposto sobre o tabaco (-9,3%) e do imposto de selo (-9,0%). Em sentido contrário, os outros impostos diretos, justificado pelo RERT III, o IRS e o imposto único de circulação registaram aumentos de 467,7%, de 2,7% e 14,4%, respetivamente. A receita não fiscal registou um crescimento de 92,5%, refletindo a transferência da segunda parcela referente à titularidade dos ativos dos fundos de pensões dos bancários, a receita proveniente do leilão de frequências 4G, os juros recebidos de empréstimos concedidos a empresas públicas e as receitas por prémios e taxas por garantias de risco relativas a comissões de garantia de empréstimos avalizados pelo Estado. Em sentido oposto, salienta-se a diminuição dos dividendos e participação nos lucros e das transferências correntes das administrações públicas; e
- um aumento da despesa total em 0,6%, enquanto a despesa primária diminuiu 1,6%. Com efeito, no aumento da despesa é de referir, essencialmente, a transferência para o SNS para regularização de dívidas de anos anteriores, no valor de 1.500M€, o comportamento dos juros e outros encargos da dívida (13,4%), ainda que em

desaceleração quando comparado com o mês precedente, e, ainda, a transferência para a Segurança Social para fazer face à despesa com pensões do Regime Substitutivo dos Bancários. Com impacto na diminuição da despesa, salienta-se a redução da despesa com pessoal, justificada em larga medida pela suspensão de pagamento do subsídio de férias, e das transferências de capital devido ao efeito base de 2011 associado à regularização de responsabilidades financeiras a concessionárias de infraestruturas rodoviárias.

Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

No final de outubro, a dívida direta do Estado situava-se em 193,5 mil M€, aumentando 3.776,2M€ face ao mês anterior. Esta evolução ficou a dever-se, essencialmente, ao empréstimo do MEEF com valor nominal de 2.000M€, com uma maturidade de 15 anos e ao aumento do saldo de BT e CEDIC, em 1.289,0M€ e 611,8M€, respetivamente. É ainda de salientar, embora sem impacto no saldo, a troca de Obrigações do Tesouro com um valor nominal de 3.757M€ milhões, que se traduziu numa amortização antecipada parcial da OT 5,45% Set2013, em contrapartida de um aumento do stock da OT 3,35% Out2015. As variações cambiais no mês contribuíram para a diminuição do saldo da dívida em 137,5M€.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida
(milhões de euros)

	30-set-12	out-12			31-out-12
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	113 692	5 995	4 919	247	115 014
Bilhetes do Tesouro	16 832	2 369	1 080	0	18 121
Obrigações do Tesouro	93 626	0	3 839	264	93 626
Não Transacionável	16 815	3 054	2 479	0	17 390
Cert. de Aforro e do Tesouro	11 141	59	89	0	11 110
CEDIC e CEDIM	5 098	2 995	2 383	0	5 710
Prog. de Ajustamento Económico	59 224	1 970	0	-91	61 104
Total	189 731	11 019	7 399	156	193 507

Fonte: IGCP.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2011	2012	2011	2012	2012			
	jan a out		jan a out		jul	ago	set	out
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)			
Receita Total	30567	32274	76,6	76,8	11,4	10,6	6,4	5,6
Receita corrente	30274	29024	78,5	75,0	-2,8	-1,8	-4,2	-4,1
Impostos diretos	11354	10929	77,7	75,6	-1,6	2,1	-4,3	-3,7
Impostos indiretos	16015	15189	81,0	73,4	-4,7	-5,3	-5,4	-5,2
Despesa Total	39384	39610	78,5	82,0	-0,7	1,1	1,4	0,6
Despesa corrente primária	31130	31064	77,2	81,1	-1,6	0,3	0,4	-0,2
Despesa corrente	36882	37584	79,0	82,3	0,8	2,6	2,9	1,9
Despesa com pessoal	8055	6938	77,2	78,7	-16,1	-15,6	-14,5	-13,9
Aquisição bens e serviços	1225	1154	58,8	61,0	-8,8	-7,8	-6,1	-5,8
Subsídios	159	161	25,7	52,9	0,9	-10,5	2,4	1,3
Juros	5752	6521	90,2	89,0	16,9	18,3	20,0	13,4
Transferências corr. p/ AP	19140	20395	81,2	84,7	5,2	9,1	7,7	6,6
Saldo Global	-8817	-7335	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-3065	-815	-	-	-	-	-	-

Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e as empresas públicas reclassificadas

Até outubro, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo as empresas públicas reclassificadas) foi de 1050,7M€, o que representa uma diminuição de 258,5M€ face ao período homólogo. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas¹.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita em 0,3%, refletindo principalmente: i) a redução das transferências de capital, justificada pelo efeito base, em 2011, da incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA; ii) a diminuição da receita das contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE, devido à suspensão do pagamento do subsídio de férias; e à transferência da responsabilidade dos encargos com pensões dos hospitais para a Secretaria-geral do Ministério da Saúde. Em sentido contrário, salienta-se o acréscimo da transferência para o SNS, em resultado da transferência, de 1.500M€, destinada à regularização de dívidas, e das outras receitas correntes, explicada, em parte, pelos juros relativos a títulos de dívida pública detidos pelo FRDP e pela CGA; e
- um crescimento da despesa em 1,1%, explicada pela regularização extraordinária de dívidas de anos anteriores registada em aquisição de bens e serviços pelo SNS, e pelas outras despesas correntes. Em sentido oposto, é de referir a diminuição da despesa com pessoal e das outras transferências correntes, na sequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores públicos e aos pensionistas da CGA, e, ainda, a redução das outras transferências de capital. Esta última é justificada pelo impacto, em 2011, da cessação de créditos realizada pela CGA e do redireccionamento de verbas para pagamento de ajudas de compensação dos efeitos da seca, e pela diminuição de encargos com organizações internacionais da Fundação da Ciência e Tecnologia, I.P..

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (excluindo Empresas Públicas Reclassificadas)						Empresas Públicas Reclassificadas	
	2011		2012		2012		2012	
	jan a out		jan a out		set	out	jan a out	
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig. (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros	Exec. face OE corrig. (%)
Receita Total	19 641	19 587	74,7	79,1	0,6	-0,3	2 426	69,0
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	3 086	2 761	74,4	79,6	-11,4	-10,5	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	12 629	13 281	78,7	83,2	6,3	5,2	410	98,6
Despesa Total	18 332	18 536	70,2	78,0	1,6	1,1	3 084	65,4
Despesa com pessoal	2 232	1 937	71,2	74,6	-14,3	-13,2	549	80,1
Aquisição de bens e serviços	6 567	7 529	73,0	80,1	16,4	14,7	516	65,2
Transferências correntes	8 176	7 845	73,3	81,8	-3,6	-4,1	25	10,4
Saldo Global	1309	1051	-	-	-	-	- 658	-

Fonte: DGO.

Empresas Públicas Reclassificadas

Até outubro, e na ótica da contabilidade pública, o défice global das empresas públicas reclassificadas (EPR) foi de 658,3M€, agravando-se 157,0M€ face ao mês anterior. Este comportamento é explicado pela aceleração da despesa de investimento da Estradas de Portugal, S.A. em resultado do pagamento de rendas relativas às ex-Scuts, e do pagamento de juros e outros encargos suportados pela REFER, EPE e Metro do Porto, S.A..

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

Nos dez primeiros meses do ano, a execução financeira consolidada² provisória do SNS aponta para um saldo de 1.167,1M€, que compara com o défice de 223,0M€ registado no período homólogo. Excluindo, em 2012, a transferência da verba destinada à regularização de dívidas de anos anteriores, o défice do SNS agrava-se 109,9M€. A execução financeira, face a 2011, caracterizou-se por:

- um crescimento da receita em 13,1%, justificado pelo recebimento da verba contemplada no orçamento rectificativo destinada à regularização de dívidas de anos anteriores. Se excluirmos este valor, a receita diminuiu 8,4%, devido à redução das outras transferências do OE; e
- uma diminuição da despesa em 6,6%, devido essencialmente à diminuição da despesa com subcontratos (onde se destacam as reduções observadas nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E. e nos produtos vendidos em farmácias, compensadas parcialmente pelo crescimento dos outros subcontratos) e das despesas com pessoal, em consequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias e da redução de suplementos remuneratórios.

Quadro 2.10. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2011		2012	
	jan a out		jan a out	
	10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Cobrada	6 972	7 885	-6,5	13,1
Transferências do Orçamento do Estado	6 749	7 596	-6,9	12,5
Prestação de serviços	82	126	13,1	53,2
Outras receitas	141	164	5,4	16,2
Despesa Total	7 195	6 718	-7,8	-6,6
Despesa com pessoal	778	681	-9,0	-12,5
Subcontratos	5 995	5 672	-7,6	-5,4
Outras despesas	422	365	-8,4	-13,6
Saldo Global	- 223	1 167	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 2 do Relatório do Orçamento do Estado para 2012.

²Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

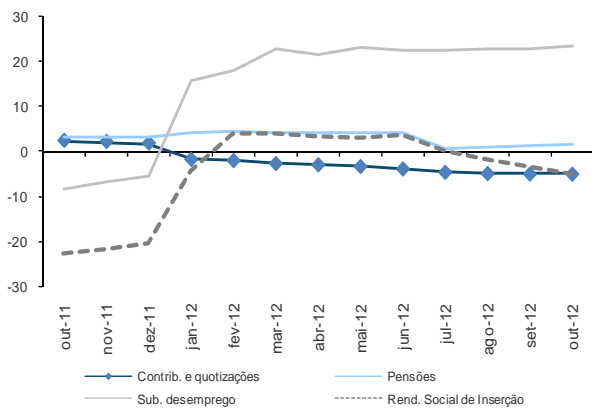
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até outubro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 236,7M€, o que representa uma diminuição de 802,2M€ face ao mesmo período de 2011.

A execução orçamental da Segurança Social, em relação ao ano anterior, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita em 0,5%, em resultado a queda das contribuições e quotizações (-4,8%) e das transferências do Orçamento de Estado no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social. Com impacto contrário, salienta-se a transferência da administração central, para fazer face à despesa com pensões do Regime Substitutivo dos Bancários, e do IVA social e do Plano de Emergência Social; e
- um aumento da despesa em 3,8%, refletindo fundamentalmente o pagamento das pensões de velhice do Regime Substitutivo dos Bancários, do subsídio de desemprego e apoio ao emprego (23,4%) e das pensões de velhice e sobrevivência (1,6%). Em sentido contrário, salienta-se a diminuição das despesas com ações de formação profissional (-12,7%), das outras despesas correntes (-5,6%), das despesas de administração (-12,0%), do subsídio de doença (-6,4%) e do rendimento social de inserção (-4,9%). No que respeita ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 27,9% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, de 2,2% nas pensões de velhice e de 2,6% nos do subsídio de doença, enquanto os beneficiários da pensão de invalidez diminuíram 1,7%.

Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



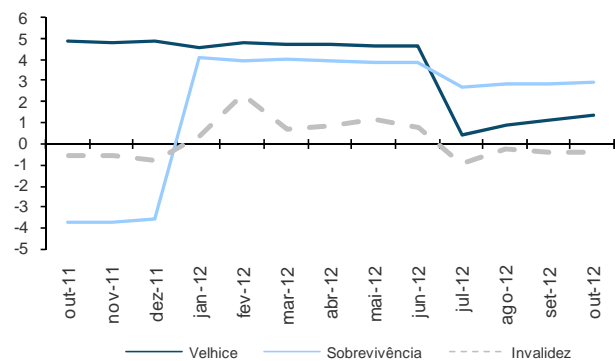
Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social						Caixa Geral de Aposentações							
	2011			2012			2011		2012		2011		2012	
	jan a out		VHA	jan a out		VHA	jan a out		VHA	jan a out		VHA	jan a out	
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros		Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros		10 ⁶ euros	Execução face ao OE (%)		10 ⁶ euros	10 ⁶ euros		Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros
Receita Total	19592	19493	-0,5	81,5	80,7	7455	6772	-9,2	79,2	80,6				
Contribuições e quotizações	11272	10730	-4,8	80,0	78,9	3082	2757	-10,5	74,4	79,6				
Transferências correntes da Adm. Central	5732	6033	5,2	82,6	84,0	3640	3791	4,1	81,8	89,9				
Despesa Total	18553	19256	3,8	78,4	80,0	7035	6588	-6,4	79,3	82,2				
Pensões	11325	11487	1,4	78,0	79,4	6863	6563	-4,4	79,3	82,4				
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	-	406	-	-	77,8	-	-	-	-	-				
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1719	2122	23,4	81,0	97,1	-	-	-	-	-				
Prestações e ação social	3477	3419	-1,7	79,9	78,6	-	-	-	-	-				
Saldo Global	1039	237	-	-	-	420	184	-	-	-				

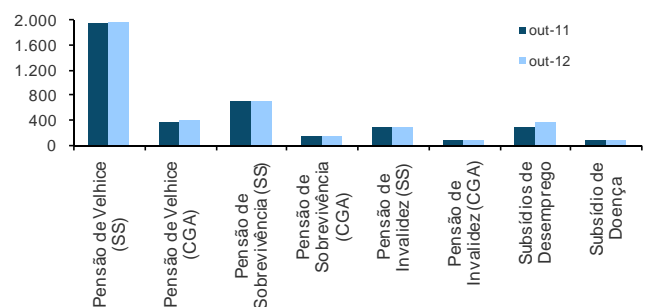
Fontes: DGO e GPEARI.

Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.26. Número de Pensões Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Em outubro, o saldo acumulado da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 184,1M€, menos 236,0M€ que no período homólogo. A receita total diminuiu 9,2%, refletindo, fundamentalmente, a diminuição da receita de capital, devido ao valor, recebido em 2011, da transferência do Fundo de pensões da PT, e, em menor grau, da receita proveniente das contribuições para a CGA. Esta evolução foi parcialmente compensada pelo aumento da comparticipação do OE. A despesa total diminuiu 6,4%, justificada pela diminuição da despesa com pensões (-4,4%), em consequência da suspensão do pagamento do subsídio de férias aos pensionistas, e, em menor grau, pelo registo, em 2011, nas transferências de capital para entidades fora das administrações públicas de verbas relacionadas com a operação de cessão de créditos da CGA.

Quanto ao número de beneficiários, salienta-se um acréscimo de 3% nas pensões de velhice e de 1,8% nas pensões de sobrevivência.

Administrações Públicas

Nos primeiros dez meses do ano, o défice global provisório das Administrações Públicas, incluindo as empresas públicas reclassificadas (EPR), e considerando o universo comparável de 261 municípios na Administração Local, foi de 6.119,6M€. Excluindo as EPR e a Administração Local, o défice foi de 6.105,3M€, reduzindo-se 323,9M€ face ao período homólogo. Para este comportamento contribuiu a melhoria do défice do Estado, tendo a diminuição do excedente da Segurança Social e dos FSA e o agravamento do saldo da Administração Regional compensado parcialmente aquela evolução.

Administração Local*

Até outubro, na ótica da contabilidade pública e tendo em conta um universo comparável de 261 municípios, o excedente provisório da execução orçamental da Administração Local foi de 644,0€, o que corresponde a um aumento de 293,8€ relativamente ao mês precedente.

A execução orçamental da Administração Local, face ao mês anterior, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 61,3%, tendo contribuído para esta evolução o fato de Outubro corresponder ao mês em que a receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) é transferida para os municípios; e
- uma variação positiva da despesa total em 24,6%, refletindo, fundamentalmente, a variação das despesas com pessoal, da aquisição de bens e serviços e de capital.

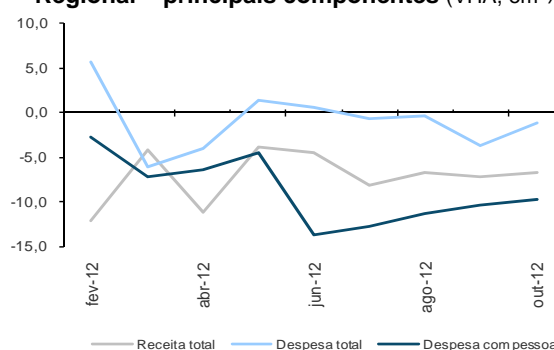
Administração Regional

Até outubro, e na ótica da contabilidade pública, o défice orçamental da Administração Regional situou-se nos 57,2M€, o que compara com um excedente de 39,8M€ no período homólogo. Este comportamento é explicado pelo agravamento do défice da Região Autónoma da Madeira (RAM) em 130,5M€, uma vez que a Região Autónoma dos Açores (RAA) melhorou o seu saldo em 33,5M€.

A execução orçamental da Administração Regional, face a 2011, caracterizou-se por:

- uma diminuição da receita total em 6,7%, devido, sobretudo, à diminuição das transferências do OE (com maior impacto na RAM) e da receita fiscal (com um efeito mais acentuado na RAA). Em sentido contrário, verificou-se um crescimento das transferências de capital das administrações públicas, com impacto na RAM, e do resto do mundo, com efeito na RAA; e
- um decréscimo da despesa total em 1,1%, refletindo os contributos opostos das duas regiões: na RAM a despesa aumentou 4,5%, enquanto na RAA diminuiu 7,1%. Na RAM, o aumento da despesa com a aquisição de bens e serviços e com juros foi parcialmente compensada pela diminuição das despesas de capital e com pessoal. Na RAA, o aumento dos juros, explicada pela inclusão das empresas públicas reclassificadas, e das outras transferências correntes e de capital compensou apenas parcialmente a diminuição verificada nas restantes rubricas.

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Regional – principais componentes (VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.13. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local*		
	2011	2012		2012		
	jan a out		VHA (%)	jan a set		VC (%)
	10 ⁶ euros			10 ⁶ euros		
Receita total	1 728	1 612	-6,7	4 403	5 240	19,0
Impostos	897	844	-6,0	1 367	1 811	32,5
Transferências correntes	434	310	-28,5	1 305	1 455	11,5
Despesa total	1 688	1 670	-1,1	4 053	4 596	13,4
Pessoal	603	545	-9,7	1 333	1 479	11,0
Aquisição de bens e serviços	247	324	30,9	1 096	1 265	15,4
Transferências correntes	441	450	2,1	271	307	13,1
Investimento	148	85	-42,6	923	1 050	13,8
Saldo global	40	- 57	-	350	644	-

Fonte: DGO.

Nota: * Os valores da AL para 2010 referem-se ao Universo Comparável.

3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos primeiros nove meses de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 7,7% enquanto as importações decresceram 5,1% [3]. Nesse período, o défice da balança comercial (fob/cif) recuperou 37,5%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 5,5% enquanto as importações registaram uma variação homóloga negativa de 9,2% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a setembro			VH	
	2011	2012	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	31.436	33.861	7,7	4,5	8,7
Importações (cif)	43.860	41.629	-5,1	-4,2	-6,3
Saldo (fob-cif)	-12.424	-7.768	-37,5	-28,7	-40,5
Cobertura (fob/cif)	71,7	81,3	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	29.252	30.873	5,5	2,7	6,2
Importações (cif)	36.074	32.747	-9,2	-7,8	-10,6
Saldo (fob-cif)	-6.823	-1.875	-72,5	-62,5	-70,0
Cobertura (fob/cif)	81,1	94,3	-	-	-
Extra-UE					
(milhões de Euros)					
Exportações (fob)	7.916	9.763	23,3	19,0	24,0
Importações (cif)	12.035	12.184	1,2	2,1	1,8
Saldo (fob-cif)	-4.120	-2.421	-41,2	-33,5	-43,1
Cobertura (fob/cif)	65,8	80,1	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012: 0,9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº11/2012").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de setembro de 2012 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 200 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2011). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros nove meses de 2012, as exportações representaram 81,3% das importações, o que se traduziu num acréscimo de 9,6 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 94,3% das importações (+13,2 p.p. que em igual período no ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de setembro

janeiro a setembro	Valores em milhões de Euros		
	2011	2012	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	31 436	33 861	7,7
Importações (cif)	43 860	41 629	-5,1
Saldo (fob-cif)	- 12 424	- 7 768	-37,5
Cobertura (fob/cif)	71,7	81,3	-
Intra UE			
Exportações (fob)	23 521	24 099	2,5
Importações (cif)	31 825	29 445	-7,5
Saldo (fob-cif)	- 8 304	- 5 346	-35,6
Cobertura (fob/cif)	73,9	81,8	-
Extra UE			
Exportações (fob)	7 916	9 763	23,3
Importações (cif)	12 035	12 184	1,2
Saldo (fob-cif)	- 4 120	- 2 421	-41,2
Cobertura (fob/cif)	65,8	80,1	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros nove meses de 2012, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 35,6% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 2,5% e as importações a decrescer 7,5%. O saldo da balança comercial Extra UE recuperou 41,2% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2011	2012	TVH	2011	2012	TVH
jan	4 453	4 600	3,3	3 121	3 520	12,8
fev	4 636	4 607	-0,6	3 314	3 771	13,8
mar	5 475	5 014	-8,4	3 779	4 095	8,4
abr	5 010	4 372	-12,7	3 441	3 542	2,9
mai	5 438	4 946	-9,0	3 701	4 012	8,4
jun	4 607	4 449	-3,4	3 588	3 951	10,1
jul	4 906	4 615	-5,9	3 777	4 095	8,4
ago	4 234	4 356	2,9	2 924	3 329	13,9
set	5 100	4 670	-8,4	3 792	3 546	-6,5
out	4 720			3 779		
nov	4 744			3 857		
dez	4 406			3 253		
1º Trim	14 565	14 221	-2,4	10 213	11 386	11,5
2º Trim	15 055	13 767	-8,6	10 730	11 505	7,2
3º Trim	14 241	13 641	-4,2	10 493	10 970	4,5
4º Trim	13 869			10 889		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros nove meses de 2012, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 7,7%. Excluindo os produtos energéticos, essa variação positiva foi de 5,5%.

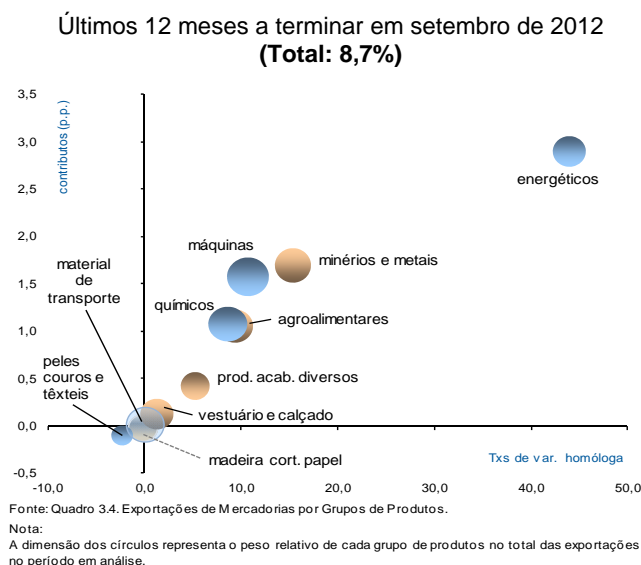
Entre janeiro e setembro de 2012, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,6 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas” (+1,7 p.p.) e dos “Minérios e Metais” (+1,6 p.p.). As “Máquinas” e os “Químicos” foram os grupos de produtos que maior peso tiveram nas exportações de mercadorias neste período (15,0% e 12,6% respetivamente).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em setembro de 2012.

Nesse período, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+8,7%). Mais uma vez, os produtos relativos aos “Energéticos” foram os que mais contribuíram para este comportamento (+2,9 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Minérios e Metais” e das “Máquinas” (+1,7 p.p. e +1,6 p.p. respetivamente).

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Químicos”, “Agroalimentares” e “Material de Transporte”, para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 1,1 p.p., 1,0 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)



Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-set		Anual		jan-set		últimos 12 meses ^[1]		jan-set	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	31 436	33 861	100,0	100,0	100,0	100,0	8,7	8,7	7,7	7,7
000 Agro-Alimentares	3 419	3 688	8,8	11,3	10,9	10,9	9,3	1,0	7,9	0,9
100 Energéticos	2 185	2 989	5,3	7,3	6,9	8,8	43,9	2,9	36,8	2,6
200 Químicos	4 001	4 279	10,3	12,5	12,7	12,6	8,7	1,1	7,0	0,9
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 728	2 725	8,7	8,5	8,7	8,0	-0,2	0,0	-0,1	0,0
400 Peles, Couros e Têxteis	1 387	1 356	4,9	4,3	4,4	4,0	-2,3	-0,1	-2,3	-0,1
500 Vestuário e Calçado	3 057	3 121	11,1	9,4	9,7	9,2	1,2	0,1	2,1	0,2
600 Minérios e Metais	3 480	3 969	10,5	11,2	11,1	11,7	15,3	1,7	14,1	1,6
700 Máquinas	4 558	5 091	19,7	14,5	14,5	15,0	10,8	1,6	11,7	1,7
800 Material de Transporte	4 164	4 063	13,3	13,1	13,2	12,0	0,1	0,0	-2,4	-0,3
900 Produtos Acabados Diversos	2 458	2 581	7,4	7,8	7,8	7,6	5,3	0,4	5,0	0,4
Total sem energéticos	29 252	30 873	94,7	92,7	93,1	91,2	6,2	5,8	5,5	5,2

Por memória:

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2012.

[2] $(\text{out } 11\text{-set } 12) / (\text{out } 10\text{-set } 11) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período do homólogo anterior}) \div 100$.

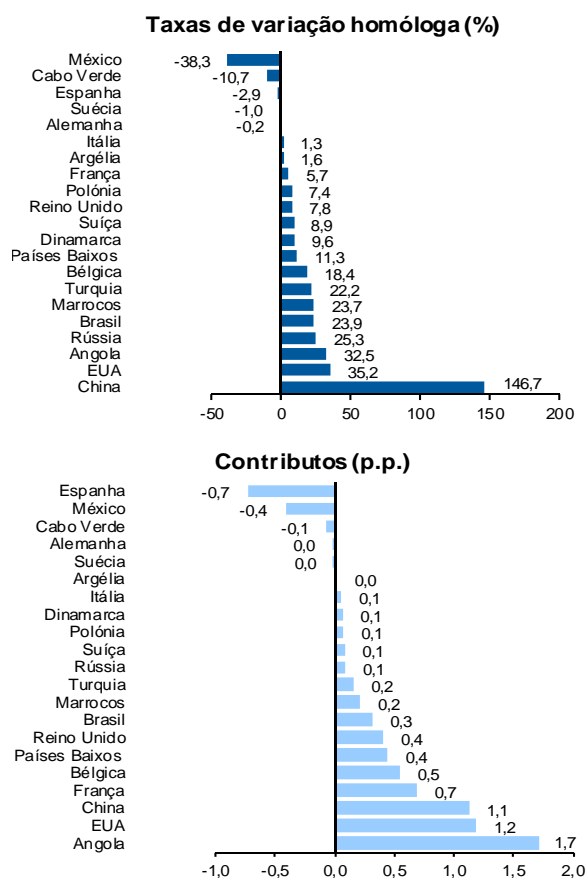
Nos primeiros nove meses de 2012, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 2,5%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram a uma taxa de 2,0% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 12,4%. As exportações para países terceiros registaram um crescimento homólogo superior de 23,3% (Quadro 3.5), sendo as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (+5,9 p.p.).

As exportações de mercadorias para França (+0,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações intra UE-15, seguidas das exportações para o Reino Unido e para os Países Baixos (ambos com +0,4 p.p.).

No último ano a terminar em setembro de 2012, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 8,7%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 3,6%. As exportações para França (+0,7 p.p.) e a Bélgica (+0,5 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a China (+146,7%), para os EUA (+35,2%) e para Angola (+32,5%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino ao México (-38,3%) e Cabo Verde (-10,7%), ainda que com um impacto pouco expressivo no comportamento das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2012



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-set		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-set		12 meses [1]		jan-set	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH [2]	contrib. p.p.[3]	VH	contrib. p.p.[3]
TOTAL	31 436	33 861	100,0	100,0	100,0	100,0	8,7	8,7	7,7	7,7
Intra UE-27	23 521	24 099	78,1	74,1	74,8	71,2	3,6	2,7	2,5	1,8
dos quais:										
UE-15	22 561	23 020	76,0	71,0	71,8	68,0	3,2	2,3	2,0	1,5
Espanha	7 931	7 564	28,4	24,9	25,2	22,3	-2,9	-0,7	-4,6	-1,2
Alemanha	4 334	4 278	13,0	13,5	13,8	12,6	-0,2	0,0	-1,3	-0,2
França	3 847	4 010	12,5	12,1	12,2	11,8	5,7	0,7	4,2	0,5
R.Unido	1 590	1 724	6,9	5,1	5,1	5,1	7,8	0,4	8,4	0,4
P.Baixos	1 284	1 411	3,7	3,9	4,1	4,2	11,3	0,4	9,8	0,4
Itália	1 201	1 256	4,1	3,7	3,8	3,7	1,3	0,1	4,6	0,2
Bélgica	932	1 029	3,1	3,2	3,0	3,0	18,4	0,5	10,5	0,3
Suécia	326	326	1,1	1,0	1,0	1,0	-1,0	0,0	-0,1	0,0
Dinamarca	198	220	0,7	0,6	0,6	0,7	9,6	0,1	11,5	0,1
Alargamento	960	1 079	2,1	3,1	3,1	3,2	12,7	0,4	12,4	0,4
Polónia	297	300	0,7	1,0	0,9	0,9	7,4	0,1	0,9	0,0
Extra UE-27	7 916	9 763	21,9	25,9	25,2	28,8	24,0	6,0	23,3	5,9
dos quais:										
Angola	1 584	2 123	3,4	5,5	5,0	6,3	32,5	1,7	34,0	1,7
EUA	1 058	1 429	5,9	3,5	3,4	4,2	35,2	1,2	35,0	1,2
Brasil	408	491	0,7	1,4	1,3	1,4	23,9	0,3	20,2	0,3
México	346	160	0,4	1,1	1,1	0,5	-38,3	-0,4	-53,8	-0,6
China	249	626	0,6	0,9	0,8	1,8	146,7	1,1	152,0	1,2
Marrocos	289	355	0,5	0,9	0,9	1,0	23,7	0,2	22,9	0,2
Suíça	279	304	0,8	0,9	0,9	0,9	8,9	0,1	9,2	0,1
Argélia	286	285	0,2	0,8	0,9	0,8	1,6	0,0	-0,3	0,0
Turquia	227	272	0,7	0,7	0,7	0,8	22,2	0,2	19,8	0,1
Cabo Verde	190	162	0,5	0,6	0,6	0,5	-10,7	-0,1	-14,6	-0,1
Por memória:										
Gibraltar	182	209	0,1	0,6	0,6	0,6	34,4	0,2	15,1	0,1
PALOP	2 009	2 581	4,3	6,9	6,4	7,6	28,1	1,9	28,5	1,8
EFTA	352	390	1,1	1,1	1,1	1,2	10,5	0,1	10,8	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2012.

[2] $(\text{out } 1\text{-set } 12) / (\text{out } 10\text{-set } 11) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

Importações de Mercadorias

Entre janeiro a setembro de 2012, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga negativa de 5,1% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Material de Transporte” (-2,9 p.p.), “Máquinas” (-1,2 p.p.) e “Minérios e Metais” (-1,1 p.p.) para a redução das importações nos primeiros nove meses.

O comportamento das importações de produtos “Energéticos”, com um contributo positivo de 2,5 p.p. contrariou este decréscimo das importações.

A UE-27 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (70,7%).

Nos primeiros nove meses de 2012, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário decresceram, em termos homólogos, -7,5%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 diminuíram 7,9% e as dos países do Alargamento 3,5%. Neste período, as importações de todos os países da UE-15 registaram contributos negativos, justificando o decréscimo das respetivas importações.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros também decresceram 1,2%, em termos homólogos. Angola destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,5% do total). Seguem-se o Brasil (2,8%) e a China (2,5%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif) jan-set		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-set		12 meses ^[1]		jan-set	
	2011	2012	2006	2011	2011	2012	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	43 860	41 629	100,0	100,0	100,0	100,0	-6,3	-6,3	-5,1	-5,1
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	6 538	6 356	11,9	13,8	14,9	15,3	-12	-0,2	-2,8	-0,4
100-Energéticos	7 786	8 882	14,1	14,6	17,8	21,3	14,9	2,5	14,1	2,5
200-Químicos	7 022	6 932	13,3	15,2	16,0	16,7	-1,9	-0,3	-1,3	-0,2
300-Pele, Mad, Cortiça e Papel	2 034	1 745	4,7	4,6	4,6	4,2	-12,5	-0,6	-14,2	-0,7
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	2 979	2 690	6,8	6,8	6,8	6,5	-10,0	-0,7	-9,7	-0,7
500-Minérios e Metais	3 914	3 448	9,2	8,5	8,9	8,3	-12,3	-1,1	-11,9	-1,1
600-Máquinas [4]	6 495	5 974	20,5	16,4	14,8	14,4	-10,3	-1,6	-8,0	-1,2
700-Material de Transporte [5]	4 812	3 538	13,5	14,1	11,0	8,5	-32,0	-3,8	-26,5	-2,9
800-Prod. Acabados Diversos	2 282	2 066	6,0	5,9	5,2	5,0	-10,6	-0,6	-9,5	-0,5
Total sem energéticos	36 074	32 747	85,9	85,4	82,2	78,7	-10,6	-8,8	-9,2	-7,6
Mercados de origem										
Intra UE-27	31 825	29 445	77,0	73,0	72,6	70,7	-9,2	-6,8	-7,5	-5,4
dos quais:										
UE-15	30 768	28 352	75,3	70,6	70,2	68,1	-9,5	-6,8	-7,9	-5,5
Espanha	13 668	13 011	30,9	31,6	31,2	31,3	-5,7	-1,8	-4,8	-1,5
Alemanha	5 446	4 750	14,3	12,3	12,4	11,4	-17,6	-2,3	-12,8	-1,6
França	3 010	2 683	8,5	6,9	6,9	6,4	-10,6	-0,7	-10,9	-0,7
Itália	2 332	2 145	5,9	5,4	5,3	5,2	-8,9	-0,5	-8,0	-0,4
Países Baixos	2 084	2 012	4,8	4,8	4,8	4,8	-5,8	-0,3	-3,4	-0,2
Reino Unido	1 476	1 259	4,1	3,3	3,4	3,0	-16,8	-0,6	-14,7	-0,5
Bélgica	1 164	1 028	2,8	2,6	2,7	2,5	-13,7	-0,4	-11,7	-0,3
Suécia	461	425	0,9	1,0	1,1	1,0	-7,2	-0,1	-7,8	-0,1
Irlanda	431	404	0,9	1,0	1,0	1,0	-3,8	0,0	-6,3	-0,1
Alargamento	1 057	1 093	1,7	2,4	2,4	2,6	2,1	0,0	3,5	0,1
Extra UE-27	12 035	12 184	23,0	27,0	27,4	29,3	1,8	0,5	1,2	0,3
dos quais:										
Nigéria	1 404	782	1,4	2,6	3,2	1,9	-49,5	-1,5	-44,3	-1,4
China	1 162	1 053	1,4	2,6	2,6	2,5	-10,3	-0,3	-9,4	-0,2
Brasil	1 259	1 167	2,2	2,5	2,9	2,8	-10,9	-0,3	-7,3	-0,2
Angola	573	1 441	0,1	2,0	1,3	3,5	197,5	2,3	151,4	2,0
EUA	908	683	1,4	1,9	2,1	1,6	-23,7	-0,5	-24,8	-0,5
Arábia Saudita	712	763	1,0	1,6	1,6	1,8	20,8	0,3	7,2	0,1
Cazaquistão	596	551	0,6	1,5	1,4	1,3	14,9	0,2	-7,6	-0,1
Argélia	663	550	1,6	1,3	1,5	1,3	-14,3	-0,2	-17,0	-0,3
Rússia	457	417	1,2	1,0	1,0	1,0	-6,8	-0,1	-8,9	-0,1
Índia	383	251	0,4	0,8	0,9	0,6	-30,8	-0,3	-34,4	-0,3
Noruega	354	122	1,2	0,7	0,8	0,3	-58,2	-0,4	-65,4	-0,5
Suíça	273	243	0,6	0,6	0,6	0,6	-9,4	-0,1	-11,1	-0,1
Japão	254	236	1,0	0,6	0,6	0,6	-4,7	0,0	-6,8	0,0
OPEP ^[6]	3 532	3 978	6,3	8,0	8,1	9,6	14,4	1,1	12,6	1,0
EFTA	644	380	1,9	1,4	1,5	0,9	-35,3	-0,5	-41,0	-0,6
PALOP	603	1 461	0,2	2,1	1,4	3,5	184,9	2,3	142,4	2,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2011.

[1] Últimos 12 meses a terminar em setembro de 2012.

[2] $(\text{out } 11\text{-set } 12) / (\text{out } 10\text{-set } 11) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Não inclui tractores.

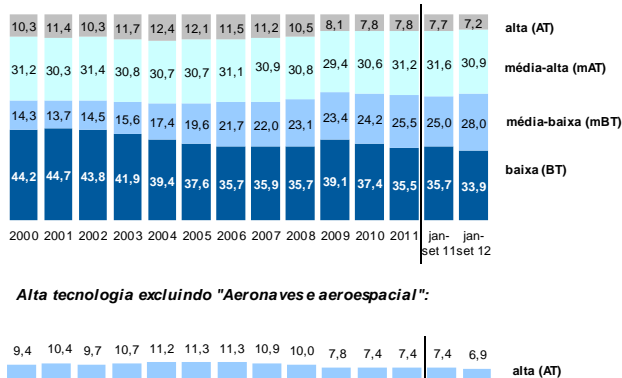
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros nove meses de 2012, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 8,1%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica continuaram a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (58,9%), sendo os produtos de média-baixa tecnologia aqueles cujas exportações registaram o maior crescimento homólogo (21,2%) (Figura 3.4 e Quadro 3.7)¹.

Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



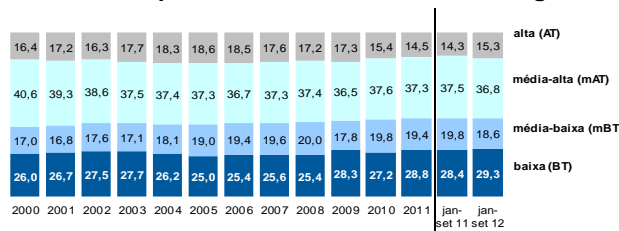
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

As exportações de produtos de média-baixa tecnologia foram, também, as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+5,3p.p.).

As exportações dos produtos de média alta intensidade tecnológica contribuíram com 1,8 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações de produtos industriais transformados decresceram, em termos homólogos, 10,7%, sendo os produtos de média alta e média baixa tecnologia os que mais contribuíram para esta redução (-4,6 p.p. e -3,2 p.p., respetivamente).

Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Quadro 3.7. Exportações e Importações* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Intensidade Tecnológica	2011	janeiro a setembro		Taxas variação (%)			%total prod. indust. transf.				Contributos ^[1] (p.p.)			
		2011	2012	média 2006-11	2011/10	jan-set 2012/11	2010	2011	jan-set		2011	jan-set 2012		
									2011	2012				
EXPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	39 888 142	29 650 909	32 063 253	3,4	15,6	8,1	100,0	100,0	100,0	100,0	15,6	8,1		
Alta tecnologia	3 103 147	2 297 276	2 322 522	-4,4	15,5	1,1	7,8	7,8	7,7	7,2	1,2	0,1		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	2 924 348	2 176 361	2 213 778	-5,2	15,2	1,7	7,4	7,4	7,4	6,9	1,1	0,1		
Média-alta tecnologia	12 460 564	9 364 026	9 892 555	3,5	18,1	5,6	30,6	31,2	31,6	30,9	5,5	1,8		
Média-baixa tecnologia	10 176 413	7 416 109	8 991 764	6,8	21,9	21,2	24,2	25,5	25,0	28,0	5,3	5,3		
Baixa tecnologia	14 148 018	10 573 498	10 856 411	3,2	9,5	2,7	37,4	35,5	35,7	33,9	3,6	1,0		
<i>Por memória:</i>														
Total das Exportações	42 325 641	31 436 446	33 861 381	3,5	15,1	7,7	100,0	100,0	100,0	100,0	15,1	7,7		
Residual ^[3]	2 437 499	1 785 538	1 798 129	5,6	7,6	0,7	6,2	5,8	5,7	5,3	0,5	0,0		
IMPORTAÇÕES														
Total dos prod. indust. transformados	45 990 799	35 085 699	31 344 492	-0,4	-2,4	-10,7	100,0	100,0	100,0	100,0	-2,4	-10,7		
Alta tecnologia	6 669 401	5 014 361	4 793 162	-5,1	-7,8	-4,4	15,4	14,5	14,3	15,3	-1,2	-0,6		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial ^[2]	6 437 600	4 819 365	4 492 208	-4,4	-6,5	-6,8	14,7	14,1	13,8	14,5	-1,0	-0,9		
Média-alta tecnologia	17 144 597	13 148 725	11 520 546	-0,1	-3,2	-12,4	37,6	37,3	37,5	36,8	-1,2	-4,6		
Média-baixa tecnologia	8 937 978	6 958 946	5 836 363	-0,4	-4,3	-16,1	19,8	19,4	19,8	18,6	-0,8	-3,2		
Baixa tecnologia	13 238 822	9 963 668	9 194 422	2,1	3,3	-7,7	27,2	28,8	28,4	29,3	0,9	-2,2		
<i>Por memória:</i>														
Total das Importações	57 729 732	43 860 358	41 628 916	0,5	12	-5,1	100,0	100,0	100,0	100,0	12	-5,1		
Residual ^[3]	11 738 933	8 774 659	10 284 423	4,7	17,9	17,2	17,4	20,3	20,0	24,7	3,1	3,4		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Definição de Intensidade Tecnológica de acordo com a metodologia proposta pela OCDE (STI Scoreboard 2003): Alta Intensidade Tecnológica (ISIC Rev.3 2423, 30, 32, 33, 353); Média-alta (24 excl. 2423, 29, 31, 34, 352+359); Média-baixa (23, 25-28, 35); Baixa (15-22, 36-37).

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

¹Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

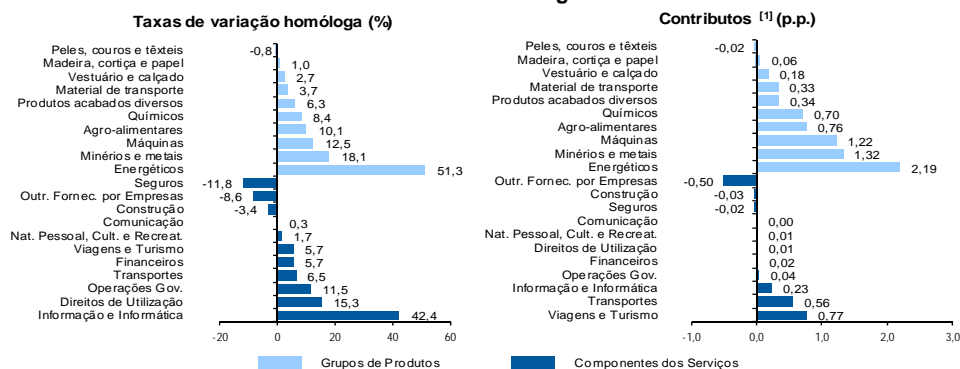
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de agosto de 2012, nos primeiros oito meses de 2012, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 6,7% relativamente ao mesmo período de 2011. A componente dos Bens continuou a ser aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (6,3 p.p.).

Nos oito primeiros meses de 2012, a componente dos Serviços representou 29,7% do total das “Exportações” e contribuiu com 0,5 p.p. para o crescimento das Exportações (créditos). O peso dos serviços nas Importações (débitos) foi de 16,3% e o seu contributo para o decréscimo das importações (-4,9%) foi de -1,3 p.p., (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em agosto de 2012, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (+2,2 p.p.) e dos “Minérios e metais” (+1,3 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+0,8 p.p.) e Transportes (+0,6 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em agosto de 2012



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (8,8%).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	janeiro a agosto		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		janeiro a agosto		média anual 05-10	12 meses ^[1]		janeiro a agosto	
	2011	2012	2005	2011	2011	2012		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	40 427	43 153	100,0	100,0	100,0	100,0	4,1	8,1	8,1	6,7	6,7
Bens	27 773	30 315	71,0	68,9	68,7	70,3	3,5	10,3	7,1	9,2	6,3
Serviços	12 654	12 838	29,0	31,1	31,3	29,7	5,5	3,4	1,1	1,5	0,5
Transportes	3 447	3 664	7,1	8,4	8,5	8,5	7,5	6,5	0,6	6,3	0,5
Viagens e Turismo	5 449	5 773	13,2	13,2	13,5	13,4	4,1	5,7	0,8	5,9	0,8
Comunicação	330	337	0,9	0,8	0,8	0,8	0,1	0,3	0,0	2,3	0,0
Construção	374	346	0,8	0,9	0,9	0,8	5,9	-3,4	0,0	-7,4	-0,1
Seguros	76	67	0,2	0,2	0,2	0,2	3,0	-11,8	0,0	-10,9	0,0
Financiários	150	147	0,4	0,4	0,4	0,3	3,8	5,7	0,0	-2,1	0,0
Informação e Informática	226	307	0,3	0,6	0,6	0,7	17,3	42,4	0,2	35,7	0,2
Direitos de Utilização	27	26	0,1	0,1	0,1	0,1	-5,0	15,3	0,0	-0,4	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	2 287	1 838	5,2	5,8	5,7	4,3	6,5	-8,6	-0,5	-19,7	-1,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	156	176	0,4	0,4	0,4	0,4	3,5	17	0,0	12,5	0,0
Operações Governamentais	132	156	0,3	0,3	0,3	0,4	5,7	11,5	0,0	18,1	0,1
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	45 063	42 838	100,0	100,0	100,0	100,0	1,0	-4,7	-4,7	-4,9	-4,9
Bens	37 462	35 845	84,9	83,0	83,1	83,7	0,6	-4,9	-4,1	-4,3	-3,6
Serviços	7 601	6 993	15,1	17,0	16,9	16,3	3,4	-3,8	-0,6	-8,0	-1,3
Transportes	2 194	2 160	4,7	5,0	4,9	5,0	2,2	0,3	0,0	-15	-0,1
Viagens e Turismo	2 026	1 988	4,2	4,4	4,5	4,6	2,3	-10	0,0	-19	-0,1
Comunicação	295	290	0,6	0,6	0,7	0,7	1,1	-3,4	0,0	-18	0,0
Construção	82	65	0,2	0,2	0,2	0,2	1,8	-12,9	0,0	-20,0	0,0
Seguros	158	168	0,3	0,3	0,4	0,4	3,5	2,8	0,0	6,1	0,0
Financiários	351	302	0,3	0,8	0,8	0,7	20,3	7,3	0,0	-13,8	-0,1
Informação e Informática	286	253	0,4	0,7	0,6	0,6	11,0	-2,4	0,0	-11,7	-0,1
Direitos de Utilização	276	243	0,5	0,6	0,6	0,6	4,5	-11,8	-0,1	-11,8	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	1 554	1 129	3,0	3,6	3,4	2,6	4,9	-15,4	-0,5	-27,3	-0,9
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	322	335	0,6	0,7	0,7	0,8	4,9	18	0,0	4,0	0,0
Operações Governamentais	58	59	0,3	0,1	0,1	0,1	-16,3	-3,7	0,0	2,1	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até agosto de 2012.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Destques

Previsões Macroeconómicas da CE, FMI e OCDE - Outono de 2012

Nos meses de outubro e novembro de 2012, o FMI, a CE e a OCDE divulgaram as previsões de Outono, contendo uma atualização das projeções macroeconómicas de 2012 a 2014. Face às previsões de Primavera, o PIB mundial foi revisto em baixa para 2012 e especialmente para 2013, abrangendo quer as economias avançadas quer os países emergentes e em desenvolvimento (com destaque para a Índia em ambos os anos e para o Brasil em 2012).

As atuais projeções das Instituições Internacionais apontam para um abrandamento do crescimento da economia mundial, em 2012, e para uma ligeira melhoria, em 2013, a qual se deverá reforçar em 2014, devendo-se estender à generalidade das regiões. Refletindo a evolução da economia mundial, o comércio de bens e serviços deve abrandar para 3,8% em volume, no conjunto de 2012 e 2013 (5,8% em 2011), abaixo do valor médio registado na década de 2000.

Para 2013, o conjunto das economias avançadas deverá continuar a expandir-se com taxas modestas; enquanto o dos países emergentes e em desenvolvimento deve manter um crescimento mais robusto, embora em desaceleração face aos anos precedentes, tais como os países asiáticos (China e Índia). O FMI, a CE e a OCDE preveem uma expansão moderada dos EUA, um crescimento mais fraco do Japão (após uma recuperação, em 2012, associada ao esforço de reconstrução do país na sequência do terremoto registado no início de 2011) e uma quase estagnação da União Europeia com evoluções muito distintas entre os estados membros (com um crescimento mais forte na Polónia e países bálticos e, uma recessão prolongada na Grécia).

Nos últimos meses, os fatores de incerteza intensificaram-se e os riscos no sentido descendente da atividade económica mundial aumentaram consideravelmente devido, sobretudo, à deterioração da situação económica dos países do sul da área do euro e à intensificação e alastramento da crise da dívida soberana na área do euro a um conjunto alargado de economias, com impacto nos custos de financiamento e nos níveis de confiança dos agentes económicos.

Quadro 1. PIB
(preços constantes)

	(variação anual, em %)									Desvios face à Primavera de 2012, em p.p.					
	2011	2012			2013			2014		2012			2013		
		CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE
Economia Mundial	3,8	3,1	3,3	2,9	3,3	3,6	3,4	3,9	4,2	-0,2	-0,2	-0,5	-0,4	-0,5	-0,8
Economias Avançadas	1,6	:	1,3	:	:	1,5	:	:	:	:	-0,1	:	:	-0,5	:
EUA	1,8	2,1	2,2	2,2	2,3	2,1	2,0	2,6	2,8	0,1	0,1	-0,2	0,2	-0,3	-0,6
Japão	-0,7	2,0	2,2	1,6	0,8	1,2	0,7	1,9	0,8	0,1	0,2	-0,4	-0,9	-0,5	-0,8
União Europeia	1,5	-0,3	-0,2	:	0,4	0,5	:	1,6	:	-0,3	-0,2	:	-0,9	-0,8	:
Reino Unido	0,9	-0,3	-0,4	-0,1	0,9	1,1	0,9	2,0	1,6	-0,8	-1,2	-0,6	-0,8	-0,9	-1,0
Área do Euro	1,4	-0,4	-0,4	-0,4	0,1	0,2	-0,1	1,4	1,3	-0,1	-0,1	-0,3	-0,9	-0,7	-1,0
Alemanha	3,0	0,8	0,9	0,9	0,8	0,9	0,6	2,0	1,9	0,1	0,3	-0,3	-0,9	-0,6	-1,4
França	1,7	0,2	0,1	0,2	0,4	0,4	0,3	1,2	1,3	-0,3	-0,4	-0,4	-0,9	-0,6	-0,9
Itália	0,4	-2,3	-2,3	-2,2	-0,5	-0,7	-1,0	0,8	0,6	-0,9	-0,4	-0,5	-0,9	-0,4	-0,6
Espanha	0,4	-1,4	-1,5	-1,3	-1,4	-1,3	-1,4	0,8	0,5	0,4	0,3	0,3	-1,1	-1,4	-0,6
Portugal	-1,7	-3,0	-3,0	-3,1	-1,0	-1,0	-1,8	0,8	0,9	0,3	0,3	0,1	-1,3	-1,3	-0,9
Economias Emergentes e em Desenvolvi-	6,2	:	5,3	:	:	5,6	:	:	:	:	-0,4	:	:	-0,4	:
Rússia	4,3	3,7	3,7	3,4	3,9	3,8	3,8	4,0	4,1	0,1	-0,3	-1,1	0,1	-0,1	-0,3
China	9,3	7,7	7,8	7,5	7,7	8,2	8,5	7,8	8,9	-0,7	-0,4	-0,7	-0,5	-0,6	-0,8
Índia	7,2	5,0	4,9	4,4	5,8	6,0	6,5	6,6	7,1	-1,8	-2,0	-2,9	-1,7	-1,3	-1,3
Brasil	2,7	1,5	1,5	1,5	3,9	4,0	4,0	4,0	4,1	-1,6	-1,5	-1,7	-0,3	-0,1	-0,2

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, outubro 2012; Comissão Europeia, *Economic Forecast*, e OCDE, *Economic Outlook*, novembro 2012.

A economia da área do euro, após uma moderada contração em 2012, tenderá a apresentar uma melhoria ténue em 2013, estando previsto um crescimento virtualmente nulo, prevendo-se a manutenção de um fraco crescimento na Alemanha e em França e a continuação de uma recessão em Itália e Espanha. O

prolongamento do enfraquecimento da economia da área do euro deve-se aos efeitos da crise da dívida soberana, às repercussões do processo de desalavancagem do setor bancário à economia real, num quadro de ajustamento dos balanços das famílias e das empresas, e ao impacto da maior restritividade das políticas orçamentais na generalidade dos países.

A procura interna da área do euro, embora com alguma recuperação, deve continuar a diminuir devido ao prosseguimento de uma quebra do consumo privado e público e de um novo recuo do investimento. O reforço da procura externa e a melhoria de competitividade contribuem para uma aceleração das exportações em 2013, resultando na continuação de um contributo positivo das exportações líquidas para o produto.

A taxa de inflação deve diminuir na generalidade dos países, em 2013, devendo os países emergentes registar valores em torno de 5,8% (6,1% em 2012) e permanecer menos elevada na maioria das economias avançadas em 1,6% (1,9% em 2012), prevendo-se, contudo, a manutenção em níveis elevados dos preços do petróleo, em torno de 108 USD/bbl em 2013 (110 USD/bbl em 2012). A taxa de inflação na área do euro deve continuar a diminuir, estando previsto que se situe abaixo dos 2% em 2013, apesar de se manter em valores relativamente elevados em alguns países devido ao impacto dos aumentos de impostos indiretos e de preços fixados administrativamente, exigidos para a consolidação orçamental.

Quadro 2. Taxa de inflação e preço das matérias-primas

	(variação anual, em %)								Desvios face à Primavera de 2012, em p.p.						
	2011	2012			2013			2014		2012			2013		
		CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE
Economias Avançadas	2,7	:	1,9	:	:	1,6	:	:	:	0,0	:	:	-0,1	:	
EUA	3,2	2,1	2,0	2,1	2,0	1,8	1,8	2,1	2,0	-0,4	-0,1	-0,2	0,0	-0,1	-0,1
Japão	-0,3	-0,2	0,0	0,0	-0,1	-0,2	-0,5	0,2	1,3	0,1	0,0	0,2	-0,9	-0,2	-0,3
União Europeia	3,1	2,7	2,5	:	2,0	1,8	:	1,8	:	0,1	0,2	:	0,1	0,0	:
Reino Unido	4,5	2,7	2,7	2,6	2,1	1,9	1,9	1,9	1,8	-0,2	0,3	0,0	0,1	-0,1	0,0
Área do Euro	2,7	2,5	2,3	2,4	1,8	1,6	1,6	1,6	1,2	0,1	0,3	0,0	0,0	0,0	-0,3
Alemanha	2,5	2,1	2,2	2,1	1,9	1,9	1,9	1,8	2,0	-0,2	0,3	-0,2	0,1	0,1	-0,1
França	2,3	2,3	1,9	2,2	1,7	1,0	1,3	1,7	1,2	0,2	-0,1	-0,2	-0,2	-0,6	-0,5
Itália	2,9	3,3	3,0	3,2	2,0	1,8	1,9	1,7	0,9	0,1	0,5	-0,1	-0,3	0,0	-0,4
Espanha	3,1	2,5	2,4	2,2	2,1	2,4	1,2	1,3	0,4	0,6	0,5	0,6	1,0	0,8	-0,9
Portugal	3,6	2,9	2,8	2,7	0,9	0,7	0,8	1,3	1,0	-0,1	-0,4	-0,4	-0,2	-0,7	0,1
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	7,2	:	6,1	:	:	5,8	:	:	:	-0,1	:	:	0,2	:	
Rússia	8,4	7,7	5,1	5,0	7,4	6,6	6,4	7,4	4,3	1,2	0,3	0,4	0,6	0,2	0,6
China	5,4	:	3,0	2,6	:	3,0	1,5	:	1,4	:	-0,3	-0,7	:	0,0	-1,3
Índia	8,9	:	10,2	10,0	:	9,6	7,7	:	6,6	:	2,0	2,1	:	2,3	0,9
Brasil	6,6	:	5,2	5,3	:	4,9	5,3	:	5,2	:	0,0	0,4	:	-0,1	0,0
<i>em memória:</i>															
Preço médio do petróleo Brent (USD/bbl)	110,9	112,6	106,2	110,0	109,1	105,1	110,0	103,1	110,0	-4,2	-8,5	-11,0	-1,1	-4,9	-16,2
Preço das matérias primas excl. prod. energ. (tx.variação,%)	18,4	-9,1	-9,5	:	0,0	-2,9	:	-1,2	:	-2,6	0,8	:	-0,2	-0,8	:

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, outubro 2012; Comissão Europeia, *Economic Forecast*, e OCDE, *Economic Outlook*, novembro 2012.

Associado à fraqueza da atividade económica, o mercado de trabalho deve deteriorar-se na área do euro, estando prevista uma diminuição do emprego abaixo de 1% em 2013, pelo segundo ano consecutivo, traduzindo uma grande disparidade de situações entre os diferentes países. Assim, a taxa de desemprego deve aumentar para cerca de 11,7% para a média da área do euro, em 2013 (10,2% em 2011 e 11,2% em 2012), tendência que se estende à generalidade dos países, com destaque para a forte subida nos países do sul (Grécia, Chipre, Espanha, Portugal e Itália).

Quadro 3. Taxa de desemprego

	(Em % da População Activa)									Desvios face à Primavera de 2012, em p.p.					
	2011	2012			2013			2014		2012			2013		
		CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE
Economias Avançadas	7,9	:	8,0	:	:	8,1	:	:	:	:	0,0	:	:	0,3	:
EUA	9,0	8,2	8,2	8,1	7,9	8,1	7,8	7,5	7,5	0,0	0,0	0,0	-0,1	0,2	0,2
Japão	4,6	4,8	4,5	4,4	4,7	4,4	4,4	4,6	4,3	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0
Área do Euro	10,2	11,3	11,2	11,1	11,8	11,5	11,9	11,7	12,0	0,3	0,3	0,3	0,8	0,7	0,8
Alemanha	5,9	5,5	5,2	5,3	5,6	5,3	5,5	5,5	5,6	0,0	-0,4	-0,1	0,3	-0,2	0,3
França	9,6	10,2	10,1	9,9	10,7	10,5	10,7	10,7	10,9	0,0	0,2	0,1	0,4	0,4	0,7
Itália	8,4	10,6	10,6	10,6	11,5	11,1	11,4	11,8	11,8	1,1	1,1	1,2	1,8	1,4	1,5
Espanha	21,7	25,1	24,9	25,0	26,6	25,1	26,9	26,1	26,8	0,7	0,7	0,5	1,5	1,2	1,6
Portugal	12,7	15,5	15,5	15,5	16,4	16,0	16,9	15,9	16,6	0,0	1,1	0,1	1,3	2,0	0,7
Bélgica	7,2	7,5	7,4	7,4	7,7	7,9	7,7	7,8	7,7	-0,1	-0,6	-0,1	-0,2	-0,4	-0,1
Irlanda	14,4	14,8	14,8	14,8	14,7	14,4	14,7	14,2	14,6	0,5	0,3	0,3	1,1	0,6	0,3
Grécia	17,7	23,6	23,8	23,6	24,0	25,4	26,7	22,2	27,2	3,9	4,4	2,4	4,4	6,0	5,1
Chipre	7,9	12,1	11,7	:	13,1	12,5	:	13,9	:	2,3	2,2	:	3,2	2,9	:
Malta	6,5	6,3	6,0	:	6,3	5,8	:	6,2	:	-0,3	-0,6	:	0,0	-0,7	:
Luxemburgo	4,8	5,4	6,2	6,1	6,4	6,1	6,6	6,4	6,7	0,2	0,2	-0,2	0,5	0,1	0,0
Países Baixos	4,4	5,4	5,2	5,2	6,1	5,7	5,8	6,2	6,1	-0,3	-0,3	-0,1	-0,1	0,2	0,1
Áustria	4,2	4,5	4,3	4,4	4,7	4,5	4,7	4,2	4,7	0,2	-0,1	-0,2	0,5	0,2	-0,1
Eslovénia	8,2	8,5	8,8	8,5	9,3	9,0	9,7	9,6	9,8	-0,6	0,1	-0,3	-0,1	0,1	0,5
Finlândia	7,8	7,9	7,6	7,7	8,1	7,8	8,0	8,0	7,8	0,0	-0,1	-0,2	0,4	0,0	0,2
Eslováquia	13,6	13,5	13,7	13,7	13,5	13,5	13,6	13,1	13,0	0,3	-0,1	-0,3	0,8	-0,1	0,1
Estónia	12,5	10,5	10,1	9,9	9,8	9,1	9,1	9,0	8,7	-1,1	-1,2	-1,5	-0,7	-0,9	-1,3
União Europeia	9,7	10,5	:	:	10,9	:	:	10,7	:	0,2	:	:	0,6	:	:
Reino Unido	8,0	7,9	8,1	8,0	8,0	8,1	8,3	7,8	8,0	-0,6	-0,2	-0,6	-0,4	-0,1	-0,7
Dinamarca	7,6	7,7	5,6	7,5	7,7	5,3	7,4	7,6	7,3	0,0	-0,2	-0,1	0,1	-0,2	-0,1
Suécia	7,5	7,5	7,5	7,7	7,4	7,7	7,9	6,9	7,6	-0,2	0,0	0,1	-0,3	0,0	0,3
Polónia	9,7	10,1	10,0	10,1	10,5	10,2	10,5	10,3	10,7	0,3	0,6	-0,2	0,9	1,1	-0,1
Rep. Checa	6,7	7,0	7,0	6,9	7,3	8,0	7,2	7,1	7,1	-0,2	0,0	-0,1	0,1	0,6	-0,3

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, outubro 2012; Comissão Europeia, *Economic Forecast*, e OCDE, *Economic Outlook*, novembro 2012.

Previsões de Finanças Públicas

Apesar do agravamento da situação económica em 2012, a CE, o FMI e a OCDE esperam uma diminuição dos défices orçamentais para a média dos países da área do euro ao longo do horizonte da projeção, que deverá ser, no entanto, cada vez mais moderada. Assim, para 2013, a CE e o FMI preveem, para a área do euro, um défice das administrações públicas de 2,6% do PIB e a OCDE de 2,8% do PIB. Em 2014, o FMI espera uma redução do défice de 0,5p.p. do PIB, enquanto a CE e a OCDE projetam 0,1p.p. e 0,2p.p., respetivamente.

Quadro 4. Saldo orçamental das Administrações Públicas

	Em % do PIB						Diferenças face à primavera de 2012, em p.p.						
	2012	2013			2014			2012			2013		
	CE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE
Economias Avançadas													
EUA	-8,5	-7,3	-7,3	-6,8	-6,2	-5,6	-5,2	-0,2	-0,6	-0,2	-0,2	-1,0	-0,3
Japão	-8,3	-7,9	-9,1	-10,1	-7,7	-7,2	-7,9	-0,1	0,0	0,0	0,1	-0,4	0,0
Área do Euro	-3,3	-2,6	-2,6	-2,8	-2,5	-2,1	-2,6	-0,1	-0,1	-0,3	0,3	0,1	-0,8
Alemanha	-0,2	-0,2	-0,4	-0,4	0,0	-0,3	-0,7	0,7	0,4	0,7	0,5	0,2	0,2
França	-4,5	-3,5	-3,5	-3,4	-3,5	-2,8	-2,9	0,0	-0,1	0,0	0,7	0,4	-0,4
Itália	-2,9	-2,1	-1,8	-2,9	-2,1	-1,6	-3,4	-0,9	-0,3	-1,3	-1,0	-0,3	-2,3
Espanha	-8,0	-6,0	-5,7	-6,3	-6,4	-4,6	-5,9	-1,6	-1,0	-2,7	0,3	0,0	-3,0
Portugal	-5,0	-4,5	-4,5	-4,9	-2,5	-2,5	-2,9	-0,3	-0,5	-0,6	-1,4	-1,5	-1,4
Bélgica	-3,0	-3,4	-2,3	-2,3	-3,5	-1,5	-1,7	0,0	-0,1	0,0	-0,1	-0,1	-0,1
Irlanda	-8,4	-7,5	-7,5	-7,5	-5,0	-5,0	-5,3	-0,1	0,2	0,3	0,0	-0,1	0,1
Grécia	-6,8	-5,5	-4,7	-5,6	-4,6	-3,4	-4,6	1,5	-0,3	0,5	2,1	-0,1	-0,7
Chipre	-5,3	-5,7	-5,6	:	-6,0	-6,4	:	-1,8	-1,1	:	-3,2	-4,2	:
Malta	-2,6	-2,9	-2,2	:	-2,6	-1,9	:	0,0	0,2	:	0,0	0,2	:
Luxemburgo	-1,9	-1,7	-1,8	-1,7	-1,8	-2,0	-0,9	-0,1	-0,9	-0,6	0,5	0,2	-0,6
Países Baixos	-3,7	-2,9	-3,2	-3,0	-3,2	-3,6	-2,5	0,7	0,8	0,5	1,8	1,7	0,0
Áustria	-3,2	-2,7	-2,1	-2,7	-1,9	-1,8	-2,1	-0,2	0,2	-0,2	-0,8	0,3	-0,4
Eslovénia	-4,4	-3,9	-4,4	-3,6	-4,1	-2,8	-3,0	-0,1	0,0	-0,4	-0,1	-0,3	-0,6
Finlândia	-1,8	-1,2	-0,9	-1,0	-1,0	-0,3	-0,4	-1,0	0,0	-0,7	-0,8	-0,1	-1,0
Eslováquia	-4,9	-3,2	-2,9	-2,9	-3,1	-2,9	-2,4	-0,2	-0,6	0,0	1,6	0,8	0,0
Estónia	-1,1	-0,5	-0,4	-0,3	0,3	-0,4	0,2	1,2	0,1	1,0	0,8	0,1	0,0
União Europeia	-3,6	-3,2	-3,2	:	-2,9	-2,6	:	0,0	-0,1	:	0,0	0,0	:
Reino Unido	-6,2	-7,2	-7,3	-6,9	-5,9	-5,8	-6,0	0,5	-0,2	1,1	-0,7	-0,7	-0,3
Dinamarca	-3,9	-2,0	-2,0	-2,1	-1,7	-1,9	-1,7	0,2	2,0	-0,2	0,0	0,6	-0,1
Suécia	0,0	-0,3	-0,2	-0,8	0,4	0,2	-0,2	0,3	-0,1	0,0	-0,4	-0,7	-1,1
Polónia	-3,4	-3,1	-3,1	-2,9	-3,0	-2,6	-2,3	-0,4	-0,2	-0,6	-0,6	-0,3	-0,7
Rep. Checa	-3,5	-3,4	-3,0	-3,3	-3,2	-2,8	-2,7	-0,7	0,3	-0,8	-0,8	0,4	-1,1

Fontes: Comissão Europeia, *Economic Forecast*, outubro 2012, FMI, *World Economic Outlook*, outubro 2012 e OCDE, *Economic Outlook* novembro 2012.

Para Portugal, a CE e o FMI esperam um défice de 5,0% do PIB em 2012, de 4,5% em 2013 e de 2,5% em 2014, tal como está definido no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), enquanto a OCDE prevê 5,2% em 2012, 4,9% em 2013 e 2,9% em 2014.

Quanto ao rácio da dívida pública no PIB, a CE, o FMI e a OCDE preveem que, na maioria dos países da área do euro, este venha a aumentar em 2013, ainda que a um ritmo mais lento.

Quadro 5. Dívida das Administrações Públicas

	Em % do PIB									Diferenças face à primavera de 2012, em p.p.							
	2011	2012			2013			2014			2012			2013			
	CE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	
Economias Avançadas																	
EUA	103,5	109,6	107,2	109,8	112,3	111,7	113,0	113,3	113,8	114,1	0,7	0,6	1,2	0,5	1,6	1,8	
Japão	233,2	240,6	236,6	214,3	249,5	245,0	224,3	250,8	246,2	230,0	21,6	0,7	0,2	27,7	3,8	1,7	
Área do Euro	88,1	92,9	93,6	93,6	94,5	94,9	95,4	94,3	94,7	96,3	1,2	3,7	-5,5	1,9	3,9	-4,5	
Alemanha	80,5	81,7	83,0	81,8	80,8	81,5	80,4	78,4	79,6	79,3	-0,5	4,2	-6,7	0,1	4,1	-7,4	
França	86,0	90,0	90,0	91,3	92,7	92,1	94,3	93,8	92,9	95,8	-0,4	0,9	-14,2	0,2	1,3	-13,0	
Itália	120,7	126,5	126,3	127,8	127,6	127,8	130,4	126,5	127,3	132,2	3,0	3,0	5,1	5,8	4,0	8,3	
Espanha	69,3	86,1	90,7	86,1	92,7	96,9	92,6	97,1	100,0	97,6	5,1	11,7	-1,8	5,7	12,9	1,7	
Portugal	108,1	119,1	119,1	115,5	123,5	123,7	123,0	123,5	123,6	124,5	5,2	6,7	-8,8	6,4	8,4	-7,1	
Bélgica	97,8	99,9	99,0	99,0	100,5	99,4	98,7	101,0	98,6	97,7	-0,6	-0,1	-4,1	-0,3	0,9	-3,3	
Irlanda	106,4	117,6	117,7	117,3	122,5	119,3	121,9	119,2	118,4	122,0	1,5	4,6	-4,3	2,3	1,6	-5,0	
Grécia	170,6	176,7	170,7	176,7	188,4	181,8	188,6	188,9	180,2	195,2	60,6	17,5	8,7	68,2	20,9	15,5	
Chipre	71,1	89,7	43,1	:	96,7	45,0	:	102,7	45,6	:	13,1	-31,2	:	18,6	-30,3	:	
Malta	70,9	72,3	71,8	:	73,0	71,1	:	72,7	69,7	:	-2,5	0,4	:	-2,1	0,4	:	
Luxemburgo	18,3	21,3	21,7	22,3	23,6	24,6	25,1	26,9	27,3	26,9	1,0	-2,1	-3,7	2,0	-2,2	-3,6	
Países Baixos	65,5	68,8	68,2	72,1	69,3	70,2	73,1	70,3	71,9	73,5	-1,2	-1,9	-8,9	-3,6	-3,5	-10,5	
Áustria	72,4	74,6	74,3	75,6	75,9	74,9	77,6	75,1	74,4	78,5	0,4	0,4	-7,4	1,6	0,7	-6,8	
Eslovénia	46,9	54,0	53,2	53,9	59,0	57,4	58,5	62,3	58,7	61,0	-0,7	0,7	-6,4	1,0	1,6	-4,7	
Finlândia	49,0	53,1	52,6	53,4	54,7	53,9	56,6	55,0	54,1	58,8	2,6	1,0	-5,7	3,0	1,0	-5,2	
Eslováquia	43,3	51,7	46,3	52,2	54,3	47,2	54,9	55,9	47,6	56,2	2,0	-0,7	0,1	0,8	-1,5	0,7	
Estónia	6,1	10,5	8,2	10,8	11,9	9,7	12,3	11,2	9,3	12,0	0,1	2,5	-1,9	0,2	4,4	-0,5	
União Europeia	83,0	86,8	87,2	:	88,5	88,8	:	88,6	88,8	:	0,7	2,7	:	1,3	3,2	:	
Reino Unido	85,0	88,7	88,7	89,5	93,2	93,3	93,7	95,1	96,0	96,7	-2,5	0,3	-14,7	-1,4	2,0	-14,5	
Dinamarca	46,6	45,4	47,1	45,9	44,7	47,6	45,8	45,3	47,8	45,5	4,5	-4,2	-17,1	2,7	-4,5	-19,0	
Suécia	38,4	37,4	37,1	37,7	36,2	35,9	37,1	34,1	34,1	36,4	1,7	1,6	-10,3	2,1	2,3	-8,9	
Polónia	56,4	55,5	55,1	57,3	55,8	55,3	58,4	56,1	55,0	58,5	0,5	-0,6	-5,6	2,1	0,2	-3,9	
Rep. Checa	40,8	45,1	43,1	44,1	46,9	45,0	47,3	48,1	45,6	49,7	1,2	-0,8	-6,6	2,0	-0,5	-5,3	

Nota: Para os países da UE, considerou-se a dívida pública de acordo com a definição de Maastricht.

Fontes: Comissão Europeia, *Economic Forecast*, outubro 2012, FMI, *World Economic Outlook*, outubro 2012 e OCDE, *Economic Outlook* novembro 2012.

Para Portugal, a CE e o FMI esperam que a dívida aumente até 2013, para estabilizar ou diminuir no ano seguinte. Já a OCDE espera que este indicador continue a aumentar até 2014, refletindo, em parte, a previsão mais desfavorável para o saldo orçamental.

Artigos

Em Análise

O Emprego no Sector Transacionável

Paulo Júlio¹, Ricardo Pinheiro Alves² e Tiago Ramalho

1 – Introdução

Portugal está a implementar um programa de ajustamento económico e financeiro com reflexos inevitáveis na procura interna. Neste contexto, o crescimento económico tem de basear-se na procura externa e na oferta do setor transacionável.

O presente artigo pretende verificar se a evolução recente do emprego na Economia portuguesa confirma que existe uma reorientação do tecido produtivo nacional para mercados externos, criando condições estruturais para o crescimento económico e criação de emprego sustentáveis.

Os resultados apresentados mostram que a economia portuguesa está a passar por um reajustamento entre o sector não-transacionável e o sector transacionável.

O texto começa com uma breve explicação da metodologia utilizada, apresentando em seguida os resultados obtidos. A parte final conclui com algumas explicações para os resultados apresentados.

2 – Metodologia

A avaliação baseia-se em dois modelos principais que visam explicar os efeitos do grau de abertura na criação do emprego.

O primeiro modelo utiliza dados do emprego por conta de outrem fornecidos pelo Instituto de Informática da Segurança Social para o período entre 2007 e 2012. Para os anos 2007-2011 utilizam-se dados relativos aos meses de outubro; já para o ano de 2012 são utilizados valores do mês de junho. É de referir que a utilização de dados do mês de junho no ano 2012 obriga a uma leitura cuidadosa devido às limitações que uma comparação entre o emprego em junho e em outubro comporta.

Ainda relativamente aos dados utilizados, foram apenas considerados sectores com valores de exportação não-nulos e para os quais existe informação quanto ao volume de negócios.

Define-se grau de abertura como o rácio entre o valor das exportações e o volume de negócios do sector (CAE a dois dígitos). Este indicador está apenas disponível ao nível do sector e para o ano de 2009, o que limita a análise e influencia o desvio-padrão. A avaliação do impacto deste indicador subdividiu-se em duas análises: uma diz respeito à variação homóloga do emprego e a outra diz respeito à variação em todo o período considerado.

A fim de obter as variações homólogas desde 2009 a 2012, foram estimadas para cada ano, regressões ao nível da empresa e ao nível do sector, as quais relacionam a variação percentual do emprego e o grau de abertura do sector.

$$(1) \Delta \text{emprego}(\%)_i = \alpha + \beta \text{grau abertura}_j + \varepsilon_i$$

$$(2) \Delta \text{emprego}(\%)_j = \alpha + \beta \text{grau abertura}_j + \varepsilon_j$$

Na primeira regressão, a variação do emprego na empresa i depende do grau de abertura do sector j em que a empresa se insere. Na segunda regressão, a variação do emprego no sector j depende do seu próprio grau de abertura. O erro é independente e identicamente distribuído (i.i.d.).

A variação em todo o período considerado foi estimada, tanto ao nível da CAE como ao nível da empresa através de uma regressão em painel com efeitos aleatórios e efeitos temporais:

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia e do Emprego.

² Gabinete de Estratégia e Estudos – Ministério da Economia e do Emprego, e Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing, Lisboa.

$$(3) \Delta \text{emprego}(\%)_{it} = \alpha + \beta \text{ grau abertura}_j + \theta_t + \varepsilon_{it}$$

$$(4) \Delta \text{emprego}(\%)_{jt} = \alpha + \beta \text{ grau abertura}_j + \theta_t + \varepsilon_{jt}$$

A invariância temporal do grau de abertura impediu que a regressão em painel fosse realizada com efeitos fixos. De novo, o erro é i.i.d.

O segundo modelo utilizou dados da Informação Empresarial Simplificada e estimativas realizadas por técnicos do Banco de Portugal, com o apoio do GEE. O período de análise vai de 2008 a 2011. A regressão avalia o impacto que o peso das exportações no total de vendas tem na variação do emprego, funcionando o total de vendas como uma variável de controlo para a dimensão da empresa. É de referir que neste segundo modelo as conclusões são mais robustas, pois já não há dependência de um grau de abertura apenas ao nível da CAE e respeitante apenas ao ano de 2009, tal como acontece no anterior.

Também no segundo modelo foram feitas duas análises: uma referente a cada ano da análise (em *cross-section*) e outra referente a todo o período (em painel).

Para analisar o impacto anual, foram estimadas duas regressões: uma que avalia o impacto no logaritmo do emprego e outra na taxa de variação:

$$(5) \log \text{emprego}_i = \alpha + \beta_1 \log \text{ vendas}_i + \beta_2 \text{ exp/vendas}(\%)_i + \varepsilon_i$$

Para a análise no período 2006-2011, foram estimadas novamente duas regressões, agora em painel, com efeitos fixos (*within estimator*), permitindo controlar por características idiossincráticas das empresas:

$$(6) \log \text{emprego}_{it} = \alpha_i + \beta_1 \log \text{ vendas}_{it} + \beta_2 \text{ exp/vendas}(\%)_{it} + \theta_t + \varepsilon_{it}$$

Em ambas as regressões, vendas_i representa o valor das vendas de cada empresa i ; $\text{exp/vendas}(\%)_i$ é o rácio das exportações sobre as vendas de cada empresa i (em percentagem); θ_t representa os efeitos temporais fixos e o erro é i.i.d.

3 – Resultados

Os resultados dos diferentes modelos utilizados levam à mesma conclusão: um maior grau de abertura das empresas está associado a uma melhoria na variação do emprego, principalmente em 2011 e 2012, no período de ajustamento da economia portuguesa. Na Tabela 1 são apresentadas as estatísticas descritivas do primeiro modelo.

Tabela 1: Estatísticas descritivas (primeiro modelo)

	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Varição do Emprego (%) - empresa	-8,37	138,53	-100,00	82900,00
Varição do Emprego (%) - CAE	-0,82	12,83	-81,44	114,76
Grau de abertura (%)	24,16	28,86	0,12	100,00

Os resultados do primeiro modelo são apresentados na Tabela 2, onde pode observar-se que o impacto do grau de abertura na variação do emprego é positivo a partir de 2010. A evolução do impacto apresenta uma tendência crescente ao longo do período considerado.

O mesmo resultado foi obtido para a análise do período temporal 2008-2012. Estes resultados coincidem com a evolução mais favorável do emprego no sector transacionável (agricultura e indústria) face ao não transacionável (construção e serviços) registada pelo INE, designadamente nos anos 2011 e 2012.

No que diz respeito ao sector (última coluna), a análise não é conclusiva.

Tabela 2: Impacto do grau de abertura no emprego

Var. indep.: grau de abertura	Varição emprego (%) - empresa	Varição emprego (%) - CAE
(2008-2012)†	0,019*** (0,005)	-0,053*** (0,021)
2009	-0,024 *** (0,009)	-0,129 *** (0,027)
2010	0,019** (0,009)	-0,073 ** (0,033)
2011	0,053 *** (0,013)	0,019 (0,029)
2012	0,048 *** (0,010)	0,012 (0,025)

Nível de significância: (***) 1%; (**) 5%; (*) 10%; Desvios-padrão robustos entre parêntesis.

† Efeitos aleatórios. Inclui variáveis *dummy* temporais.

O segundo modelo relaciona a variação do emprego com o rácio de exportações sobre as vendas, controlando para o total de vendas e permitindo deste modo uma análise mais robusta. Na Tabela 3 são apresentadas as estatísticas descritivas deste modelo.

Tabela 3: Estatísticas descritivas (segundo modelo)

	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
Emprego (log)	1,22	0,01	0	10,03
Vendas (log)	11,68	1,82	-4,61	22,96
Exportações/vendas (%)	4,60	18,11	0	100,00

A Tabela 4 mostra os resultados, apresentando o impacto do rácio de exportações no emprego. Os resultados sugerem novamente um impacto positivo significativo na geração de emprego devido ao aumento do peso das exportações nas vendas, tanto na análise anual como na análise para o período 2008-2011. A título exemplificativo, no ano de 2011, um aumento de 10p.p. no rácio de exportações nas vendas estava associado a um aumento de 0,49% do emprego. Ao longo do período 2008-2011, e controlando para efeitos fixos, o mesmo aumento de 10p.p. no rácio de exportações nas vendas estava associado a um aumento do emprego nas empresas de 0,17%.

Tabela 4: Impacto do rácio de exportações sobre vendas no emprego

		Emprego (log)
Regressão em painel †		
2008-2011	Exp/vendas (%)	0,00017*** (0,00005)
Regressão em cross-section		
2008	Exp/vendas (%)	0,00146*** (0,00011)
2009	Exp/vendas (%)	0,00129*** (0,00011)
2010	Exp/vendas (%)	0,00098*** (0,00011)
2011	Exp/vendas (%)	0,00049*** (0,00010)

Nível de significância: (***) 1%; (**) 5%; (*) 10%; Desvios-padrão robustos entre parêntesis.

† Regressão feita com efeitos fixos.

Considerando ambos os modelos um resultado sobressai como sólido e consistente: maior abertura está associada a variações mais favoráveis do emprego ao nível das empresas. Daqui retira-se a possibilidade de uma realocação dos recursos da economia para o sector transacionável e, portanto, um efeito mais positivo no crescimento económico por via da procura externa.

4 – Considerações Finais

Os resultados do estudo parecem ser bastante sólidos: a economia portuguesa está a passar por um reajustamento entre o sector não-transaccionável e o sector transaccionável ao nível das empresas. Consideradas individualmente, estas criam tanto mais emprego quanto maior é a sua exposição ao exterior.

Esta conclusão vai ao encontro da informação sobre a evolução recente do desemprego. Em termos sectoriais, a informação do IEFp com base no sector de saída dos trabalhadores que passaram para a situação de desemprego, mostra que a variação entre janeiro de 2011 e julho de 2012 é muito superior no sector não transaccionável.

A presente reafecção de recursos pode dever-se à percepção de que a queda na procura interna tem uma natureza mais estrutural que estará a ser compensada pela evolução da procura externa. Os resultados aqui apresentados são compatíveis com a evolução positiva das exportações nos últimos dois anos.

Outra explicação pode estar relacionada com o aumento da concentração no sector transaccionável, a qual tem sido acentuada nos últimos anos (Amador e Soares, 2012). Uma maior concentração poderá ter tornado o sector relativamente mais robusto e, portanto, mais capaz de manter trabalhadores (*labour hoarding*).

O facto de o sector transaccionável estar, em regra, exposto a uma competição mais alargada leva também a que variações nos salários dos trabalhadores tenham um maior impacto na variação dos preços de venda (Druant et al, 2009). Daqui pode surgir um duplo efeito no emprego. Por um lado, o incentivo gerado no sentido da moderação salarial pode evitar o despedimento. Por outro, a redução de preços resultante da moderação salarial aumenta a competitividade, podendo constituir uma oportunidade para a empresa aumentar o nível de exportações.

Em suma, tanto os resultados empíricos como as explicações teóricas parecem convergir na justificação de uma reorientação da economia portuguesa para o exterior. Poderá ser interessante, no futuro, avaliar se esta tendência se manterá ou se será invertida.

5 – Referências

Druant, Martine et al; *How are firms' wages and prices linked: survey evidence in Europe*; Banco Central Europeu; Working Paper nº 1084, August, 2009

Amador, João e Ana Cristina Soares; *Concorrência na economia portuguesa: Uma visão sobre os sectores transaccionável e não-transaccionável*; Banco de Portugal; 2012

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<i>Alargamento das Regras de acesso ao Microcrédito</i>	<p>O Governo anunciou a mudança das regras de acesso aos programas de microcrédito para alargar os apoios a projetos de microempresas, cooperativas ou instituições sociais que empreguem até nove trabalhadores.</p> <p>As linhas de crédito Microinvest e Invest+ funcionam no âmbito dos programas de apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego, resultando de protocolos entre várias entidades bancárias, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) e a Sociedade de Investimento.</p> <p>A linha Microinvest destina-se a financiamentos até 20 mil euros, com garantia SGM de 100% e a linha Invest+ é destinada a apoiar projetos entre 20 mil e 100 mil euros, com garantia SGM de 75% e limite de financiamento a 95% do investimento global, que não pode ultrapassar os 200 mil euros.</p>
<i>Subsídios de Natal e de férias em 2013</i>	<p>Aprovou uma proposta de lei que estabelece um regime de carácter excepcional e temporário de pagamento dos subsídios de Natal e de férias para vigorar durante o ano de 2013.</p> <p>Esta proposta de lei visa minimizar o impacto da carga fiscal sobre o orçamento familiar dos trabalhadores, que passarão a contar com a antecipação do recebimento, em duodécimos, de 50% dos subsídios de Natal e de Férias. Os restantes 50% de ambos os subsídios continuarão a ser recebidos nas datas e nos termos já previstos legalmente. Este diploma tem previsto que, face às especificidades das famílias e das empresas, possam ser acordadas melhores formas de gestão dos seus orçamentos, estabelecendo formas diferentes de pagamento destes subsídios.</p>
Conselho de Ministros de 29 de novembro	
<i>Práticas individuais restritivas do comércio - regime sancionatório</i>	<p>Aprovou uma proposta de lei visando autorizar o Governo a rever o regime sancionatório relativo às práticas individuais restritivas do comércio.</p> <p>São aumentadas as penalizações pela violação das normas deste regime e está prevista a possibilidade de adoção de medidas cautelares e de sanções pecuniárias compulsórias.</p>
Conselho de Ministros de 29 de novembro	<p>A competência para a instrução dos processos de contraordenação passa da Autoridade da Concorrência para a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), uma vez que este regime pretende proteger diretamente os agentes económicos e garantir a transparência nas relações comerciais, não estando em causa uma afetação sensível da concorrência.</p>
<i>Prazos de pagamento aos produtores e fornecedores no sector alimentar</i>	<p>Aprovou um diploma relativo à redução dos prazos de pagamento aos produtores e fornecedores no sector alimentar. Quando o credor for uma micro ou pequena empresa de bens alimentares exclusivamente destinados ao consumo humano o prazo é reduzido para 30 dias. Este regime é também aplicável às médias empresas do sector da produção e transformação do pescado.</p>
Conselho de Ministros de 29 de novembro	<p>Considerando que os prazos de pagamento se repercutem a montante, é alargado o âmbito do diploma a todos os produtos alimentares que sejam produtos finais, destinados à transformação ou matérias-primas, abrangendo, deste modo, os agricultores, os pescadores, as indústrias alimentares e a distribuição.</p> <p>Neste diploma é incentivado o papel da autorregulação, possibilitando a celebração de códigos de boas práticas comerciais que envolvam as estruturas representativas da distribuição, da indústria e da produção.</p>
<i>Sistema Judiciário Nacional</i>	<p>Aprovou a proposta de lei do Código de Processo Civil, que prevê a redução das formas de processo e a simplificação do regime, assegurando eficácia e celeridade, apostando, ao mesmo tempo, na simplificação de procedimentos, na oralidade processual e na limitação das questões processuais relevantes, tornando o processo mais célere, eficaz e compreensível pelas partes.</p>
Conselho de Ministros de 22 de novembro	<p>Aprovou a proposta de Lei de Organização do Sistema Judiciário, que contem-</p>

Iniciativa	Sumário
	<p>pl as principais disposições e princípios ordenadores do sistema de justiça, apresenta-se como determinante na melhoria do acesso à justiça e no aumento da eficiência, eficácia e transparência do sistema.</p> <p>Aprovou uma proposta de lei sobre a organização, competência e funcionamento dos Julgados de Paz.</p>
<p><i>Áreas Regionais de Turismo</i></p> <p>Conselho de Ministros de 15 de novembro</p>	<p>Aprovou uma proposta de lei que estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das Entidades Regionais de Turismo.</p> <p>São consideradas cinco áreas regionais de turismo, coincidindo com a área de cada uma das Nomenclaturas das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de Nível II (NUTS II).</p> <p>Nesta reestruturação, as Entidades Regionais de Turismo passam a integrar, por extinção e fusão, os polos de desenvolvimento turístico. O novo modelo origina uma racionalização da estrutura orgânica das entidades, reduzindo de 16 para 5 estruturas regionais.</p>
<p><i>Balcão Nacional do Arrendamento</i></p> <p>Conselho de Ministros de 8 de novembro</p>	<p>Aprovou um diploma que procede à instalação e à definição das regras do funcionamento do Balcão Nacional do Arrendamento, enquanto secretaria judicial com competência exclusiva para a tramitação do procedimento especial de despejo em todo o território nacional.</p> <p>No que respeita ao procedimento especial de despejo, todas as comunicações e notificações e a conversão do requerimento de despejo em título para desocupação do locado são efetuadas por meios eletrónicos. O processo deverá tramitar, essencialmente, de forma extrajudicial, mas sempre que haja lugar à oposição ao despejo, por parte do arrendatário, o processo é distribuído ao juiz.</p>
<p><i>Conservação dos prédios urbanos</i></p> <p>Conselho de Ministros de 8 de novembro</p>	<p>Aprovou um diploma que estabelece o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado.</p> <p>O novo regime de determinação do nível de conservação confere um papel central à câmara municipal competente ou à empresa do sector empresarial local que assuma a qualidade de entidade gestora e na qual tenham sido delegados poderes para cujo exercício releve a determinação do nível de conservação.</p>

2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Reprivatização da TAP - 3.ª fase da operação (caderno de encargos)</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2012. D.R. n.º 203, Suplemento, Série I de 2012-10-19</p>	<p>Aprova o caderno de encargos aplicável à 3.ª fase da operação de reprivatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP - SGPS, S. A.), e fixa algumas das condições aplicáveis à 4.ª fase do processo de reprivatização da TAP - SGPS, S. A.</p>
<p><i>Reprivatização da TAP - 3.ª fase da operação (admissão do investidor)</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-B/2012. D.R. n.º 203, Suplemento, Série I de 2012-10-19</p>	<p>Determina a admissão do potencial investidor de referência a participar no momento subsequente do processo de alienação das ações objeto da venda direta no âmbito da 3.ª fase do processo de reprivatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S. A.</p>
<p><i>Custos de Interesse Económico Geral – tarifa de eletricidade</i></p> <p>Portaria n.º 332/2012. D.R. n.º 204, Série I de</p>	<p>Estabelece os critérios para a repercussão diferenciada dos custos decorrentes de medidas de política energética, de sustentabilidade ou de interesse económico geral na tarifa de uso</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
2012-10-22	global do sistema aplicável às atividades do Sistema Elétrico Nacional.
<i>Fiscalidade</i> Lei n.º 55-A/2012. D.R. n.º 209, Suplemento, Série I de 2012-10-29	Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto do Selo e a Lei Geral Tributária.
<i>Legislação laboral – portarias de extensão</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2012. D.R. n.º 211, Série I de 2012-10-31	Define os critérios mínimos, necessários e cumulativos a observar no procedimento para a emissão de portaria de extensão.
<i>Programa da Indústria Responsável</i> Despacho n.º 14209/2012. D.R. n.º 212, Série II de 2012-11-02	Cria uma Comissão de Dinamização e Acompanhamento Interministerial do Programa da Indústria Responsável.
<i>Comissão Fiscalizadora do Instituto de Seguros de Portugal</i> Despacho n.º 14290/2012. D.R. n.º 213, Série II de 2012-11-05	Despacho de nomeação da comissão de fiscalização do Instituto de Seguros de Portugal.
<i>Aquisição de serviços especializados</i> Portaria n.º 653/2012. D.R. n.º 214, Série II de 2012-11-06	Aquisição de serviços especializados de "Desenvolvimento Aplicacional do Sistema de Informação do Programa Operacional Valorização do Território" para Desenvolvimento aplicacional sobre plataforma Microsoft Net e consultoria especializada na área de sistemas de informação, para manutenção evolutiva e corretiva do SIPOVT.
<i>Arrendamento urbano</i> Portaria n.º 368/2012. D.R. n.º 214, Série I de 2012-11-06	Estabelece os fatores de correção extraordinária das rendas para o ano de 2013.
<i>SI Qualificação PME - QREN</i> Portaria n.º 369/2012. D.R. n.º 214, Série I de 2012-11-06	Sexta alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação PME), aprovado pela Portaria n.º 1463/2007, de 15 de novembro.
<i>Produção de energia hidroelétrica</i> Resolução da Assembleia da República n.º 136/2012. D.R. n.º 215, Série I de 2012-11-07	Recomenda ao Governo que regule a produção de energia hidroelétrica por via do aproveitamento e transformação de moinhos, azenhas, açudes ou outros engenhos hídricos já existentes.
<i>Taxa audiovisual – fatura eletricidade</i> Despacho n.º 14388/2012. D.R. n.º 215, Série II de 2012-11-07	Fixa o valor da compensação pelos encargos de liquidação da contribuição para o audiovisual a reter pelas empresas distribuidoras e pelas empresas comercializadoras de eletricidade, incluindo as de último recurso.
<i>Lista de aposentados e reformados</i> Aviso n.º 14931/2012. D.R. n.º 215, Série II de 2012-11-07	Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de dezembro de 2012.
<i>Atividade das Instituições de moeda eletrónica</i> Decreto-Lei n.º 242/2012. D.R. n.º 215, Série I de 2012-11-07	No uso da autorização concedida pela Lei n.º 34/2012, de 23 de agosto, transpõe a Diretiva n.º 2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial, que altera as Diretivas 2005/60/CE e revoga a Diretiva n.º 200/46/CE.
<i>Cursos de Especialização Tecnológica - CET</i> Despacho n.º 14395/2012. D.R. n.º 215, Série II de 2012-11-07	Cria e autoriza o funcionamento do CET de técnico especialista em Automação, Robótica e Controlo Industrial, na entidade ATEC - Associação de Formação para a Indústria, com início no ano de 2012.
Despacho n.º 14396/2012. D.R. n.º 215, Série II de 2012-11-07	Cria e autoriza o funcionamento do CET em Técnicas de Gestão da Qualidade e do Ambiente, na entidade CEFOLGEST - Formação e Consultoria, Lda., com início no ano de 2012.
Despacho n.º 14398/2012. D.R. n.º 215, Série II	Cria e autoriza o funcionamento do CET de técnico(a) especialis-

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
de 2012-11-07	ta em Desenvolvimento de Produtos Multimédia, na entidade formadora EISnt - Engenharia Informática e Sistemas, Novas Tecnologias, Lda., com início no ano de 2012.
Despacho n.º 14399/2012. D.R. n.º 215, Série II de 2012-11-07	Cria e autoriza o funcionamento do CET de técnico(a) especialista em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos, na entidade ATEC - Associação de Formação para a Indústria, com início no ano de 2012.
Despacho n.º 14400/2012. D.R. n.º 215, Série II de 2012-11-07	Cria e autoriza o funcionamento do CET de Técnico Especialista de Animação em Turismo de Saúde e Bem-estar, na entidade CEFAD - Formação Profissional, Lda., com início no ano de 2012.
Despacho n.º 14401/2012. D.R. n.º 215, Série II de 2012-11-07	Cria e autoriza o funcionamento do CET de Técnico/a Especialista em Gestão de Redes e Sistemas Informáticos, na entidade formadora EISnt - Engenharia Informática e Sistemas, Novas Tecnologias, Lda., com início no ano de 2012.
<i>Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2012. D.R. n.º 216, Série I de 2012-11-08	Aprova o Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), e define as especificações técnicas e formatos digitais adotar pela Administração Pública.
<i>Crédito à habitação – regime extraordinário</i> Lei n.º 58/2012. D.R. n.º 217, Série I de 2012-11-09	Cria um regime extraordinário de proteção de devedores de crédito à habitação em situação económica muito difícil.
<i>Reprivatização da EDP - 7.ª fase</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2012. D.R. n.º 218, Série I de 2012-11-12	Determina a conclusão da 7.ª fase de reprivatização da EDP - Energias de Portugal, S. A., prevista no Decreto-Lei n.º 382/2007, de 15 de novembro, a qual tem por objeto um lote composto por ações representativas de 4,14 % do capital social da EDP.
<i>Setor Elétrico</i> Regulamento n.º 468/2012. D.R. n.º 218, Série II de 2012-11-12	Alteração ao Regulamento de Relações Comerciais do Setor Elétrico.
<i>Privatização da ANA - Aeroportos de Portugal</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 94-A/2012. D.R. n.º 220, Suplemento, Série I de 2012-11-14	Aprova o caderno de encargos do processo de privatização do capital social da ANA - Aeroportos de Portugal, S. A., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 232/2012, de 29 de outubro.
<i>Reprivatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2012. D.R. n.º 221, Série I de 2012-11-15	Estabelece o prazo de indisponibilidade das ações objeto da venda direta de referência, no âmbito do processo de reprivatização do capital social da Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A.
<i>Passaporte para o empreendedorismo</i> Portaria n.º 370-A/2012. D.R. n.º 221, Suplemento, Série I de 2012-11-15	Cria a medida «Passaporte para o empreendedorismo».
<i>Alteração do orçamento ICP – ANACOM</i> Portaria n.º 371/2012. D.R. n.º 222, Série I de 2012-11-16	Estabelece a forma de aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2011 e aprova a alteração do orçamento do ICP - ANACOM na rubrica de despesa.
<i>Qualificação inicial de jovens - QREN</i> Despacho n.º 14722/2012. D.R. n.º 222, Série II de 2012-11-16	Alterações ao regulamento aprovado pelo despacho n.º 18232/2008, de 8 de julho, regulamento específico da tipologia de intervenção n.º 1.4, «Cursos de especialização tecnológica», do eixo n.º 1, «Qualificação inicial de jovens», do POPH.
<i>Privatização da ANA - Aeroportos de Portugal</i> Resolução do Conselho de Ministros n.º 96-A/2012. D.R. n.º 222, Suplemento, Série I de 2012-11-16	Determina a admissão dos potenciais investidores de referência que procederam à apresentação de intenções de aquisição a participar na fase subsequente do processo de venda por negociação particular no âmbito do processo de privatização da ANA - Aeroportos de Portugal, S. A.

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Contrato de investimento</i></p> <p>Despacho n.º 14768/2012. D.R. n.º 223, Série II de 2012-11-19</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e a Tyco Electronics Group, S. A., a Tyco Electronics Holding, S. A. R. L., e a Tyco Electronics - Componentes Eletromecânicos, Lda.</p>
<p><i>Contrato de investimento</i></p> <p>Despacho n.º 14769/2012. D.R. n.º 223, Série II de 2012-11-19</p>	<p>Aprova a minuta do contrato de investimento, e respetivos anexos, a celebrar entre o Estado Português, representado pela Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e a Continental AG., a Continental Global Holding Netherlands, B. V., e a Continental Mabor - Indústria de Pneus, S. A.</p>
<p><i>Transferência de competências</i></p> <p>Despacho n.º 14804/2012. D.R. n.º 224, Série II de 2012-11-20</p>	<p>Transferência das competências relativas à gestão da BEP para o INA.</p>
<p><i>Autorização compromissos plurianuais</i></p> <p>Despacho n.º 14992/2012. D.R. n.º 226, Série II de 2012-11-22</p>	<p>Autoriza o Instituto de Segurança Social, I.P., a assumir compromissos plurianuais que não se encontrem previstos no n.º1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.</p>
<p><i>Alteração Portaria n.º 321-A/2007</i></p> <p>Portaria n.º 382/2012. D.R. n.º 227, Série I de 2012-11-23</p>	<p>Segunda alteração à Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, que cria o ficheiro modelo de auditoria tributária prevista no n.º 8 do artigo 115.º do Código do IRC, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 238/2006, de 20 de dezembro.</p>
<p><i>Definição de percentagens a receber pela Autoridade da Concorrência</i></p> <p>Portaria n.º 383/2012. D.R. n.º 227, Série I de 2012-11-23</p>	<p>Fixa para o ano de 2012 as percentagens que a Autoridade da Concorrência recebe a título de receitas próprias, provenientes de taxas cobradas pelos serviços prestados, de várias entidades reguladas.</p>
<p><i>Fundos comunitários incluídos no Quadro Estratégico Comum – QEC 2014 -2020</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2012. D.R. n.º 228, Série I de 2012-11-26</p>	<p>Estabelece as orientações políticas essenciais à programação do novo ciclo de intervenção dos fundos comunitários, bem como as condições institucionais para o processo de negociação com a Comissão Europeia.</p>
<p><i>Qualificações profissionais - reconhecimento</i></p> <p>Portaria n.º 384/2012. D.R. n.º 228, Série I de 2012-11-26</p>	<p>Primeira alteração regulamentadas abrangidas na área do emprego e designa a respetiva autoridade competente para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, nos termos da Lei n.º 9/2009, de 4 de março.</p>
<p><i>Concessão de serviço público - ANA</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 254/2012. D.R. n.º 230, Série I de 2012-11-28</p>	<p>Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil em Portugal atribuída à ANA - Aeroportos de Portugal, S. A</p>
<p><i>Verbas transferidas municípios</i></p> <p>Despacho n.º 15293/2012. D.R. n.º 231, Série II de 2012-11-29</p>	<p>Determinação dos montantes das verbas a transferir para os municípios para a eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.</p>
<p><i>Sistema tarifário de eletricidade</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 256/2012. D.R. n.º 231, Série I de 2012-11-29</p>	<p>Estabelece disposições tendentes a assegurar condições de estabilidade tarifária no período inicial de implementação das medidas necessárias a garantir a sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional e permitir a operacionalização, no sistema tarifário, da dedução nos montantes de determinados sobrecustos do SEN de receitas legalmente afetas à sua compensação.</p>

Abreviaturas Utilizadas

Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Varição em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Varição homóloga
VHA	Varição homóloga acumulada
VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano
VM01	Varição homóloga dos últimos 01 meses

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.
 : representa valor não disponível.
 - não se aplica.